



Relatório de Gestão 2011

São Paulo, março 2012

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABHO	- Associação Brasileira de Higienistas Ocupacionais
AGF	- Aquisição do Governo Federal
AI	- Auditoria Interna
ANAMT	– Associação Nacional de Medicina do Trabalho
ASPACER	– Associação Paulista das Cerâmicas para Revestimento
C&T	- Ciência e Tecnologia
CA	– Certificado de Aprovação
CADIN	- Cadastro Informativo dos Créditos
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEES	– Centro Estadual do Espírito Santo
CEPA	– Centro Estadual do Pará
CEPR	– Centro Estadual do Paraná
CEREST	– Centro de Referência em Saúde do Trabalhador
CERJ	– Centro Estadual do Rio de Janeiro
CERS	– Centro Estadual do Rio Grande do Sul
CESC	– Centro Estadual de Santa Catarina
CGNOR	- Coordenação Geral de Elaboração, Sistematização e Aplicação das Normas
CGU	- Controladoria Geral da União
CIPA	– Comissão Interna de Prevenção de Acidentes
CMATIC	– Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção

CNAE	– Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNF	- Confederação Nacional das Instituições Financeiras
CNI	- Confederação Nacional da Indústria
CNPJ	– Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNTI	– Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria
COF	- Coordenação de Orçamento e Finanças
CRBA	– Centro Regional da Bahia
CRC	- Conselho Regional de Contabilidade
CRDF	– Centro Regional do Distrito Federal
CRMG	– Centro Regional de Minas Gerais
CRPE	– Centro Regional de Pernambuco
CST	– Coordenação de Saúde no Trabalho
CTA	– Conselho Técnico Administrativo
CTN	– Centro Técnico Nacional
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DAF	- Diretoria de Administração e Finanças
DBR	- Disco Biológico Rotativo
DENOP	- Departamento de Normas e Procedimentos Judiciais
DEX	- Diretoria Executiva
DN	- Decisão Normativa
DORT	– Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho
DOU	– Diário Oficial da União
DPSSO	- Diretor de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional
DSST	– Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho

DTE	– Diretoria Técnica
EAD	- Educação a Distância
EPI	– Equipamentos de Proteção Individual
ERBS	– Escritório de Representação da Baixada Santista
ERCA	– Escritório de Representação de Campinas
ERMS	– Escritório de Representação de mato Grosso do Sul
FAP	– Fator Acidentário de Prevenção
FESP-SP	– Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo
FIOCRUZ	- Fundação Oswaldo Cruz
GDACT	- Gratificação de Desempenho de Atividade em C & T
GHS	- Sistema Globalmente Harmonizado e Rotulagem de Produtos Químicos
GLP	– Gás Liquefeito de Petróleo
GPQAT	– Gestão de Produtos Químicos em Ambiente de Trabalho
H1N1	– Hemglutininina 1 Neuraminidase 1
HQ	– História em Quadrinhos
IN MARE	- Instrução Normativa – Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
INMETRO	– Instituto Nacional de Metrologia
INST	- Instituto Nacional de Saúde do Trabalho
IPCA	- Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPEN	– Instituto de Pesos e Medidas
ISBN	- International Standard Book Number
ISEE	- International Society of Environmental Epidemiology
ISO	– Organização Internacional para Padronização

ISSN	- International Standard Serial Number
JATM	- Journal of Aerospace Technology and Management
LER	– Lesão por Esforço Repetitivo
LOA	– Lei Orçamentária Anual
LOE	- Lei Orçamentária Anual
LTCAT	– Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho
MDIC	– Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MP	- Ministério Público
MPOG	– Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MPS	- Ministério Público da Saúde
MS	- Ministério da Saúde
MTE	– Ministério do Trabalho e Emprego
NR	– Norma Regulamentadora
NTEP	– Nexo Técnico Previdenciário
OCI	– Órgão de Controle Interno
OIT	– Organização Internacional do Trabalho
OMS	– Organização Mundial da Saúde
OSL	– Luminescência Opticamente Estimulada
PAC	- Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	- Processo Administrativo Disciplinar
PCDP	- Procedimento de Concessão de Diárias e Passagens
PCMAT	– Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho
PCMSO	– Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional
PDV	– Pedido de Demissão Voluntária

PF	- Polícia Federal
PGF	- Procuradoria Geral Federal
PIB	- Produto Interno Bruto
PLOA	- Projeto de Lei Orçamentária Anual
PNETD	- Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente
PNSST	- Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho
PPA	– Plano Plurianual
PPP	– Perfil Profissiográfico Previdenciário
PPRA	– Programa de Prevenção de Riscos Ambientais
PRES	- Presidência
PSI	– Política de Segurança da Informação
RA	- Relatório de Auditoria
RBSO	– Revista Brasileira de Saúde Ocupacional
RFB	- Receita Federal do Brasil
RIP	- Routing Information Protocol
RP	- Relações Públicas
SDB	- Serviço de Documentação e Biblioteca
SECEX	- Secretaria Executiva
SEDAP	- Secretaria Estadual de Desenvolvimento da Agropecuária e Pesca
SEFIP	- Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social
SES	– Serviço de Equipamentos de Segurança
SGPA	– Sistema de Gestão de Projetos e Atividades
SIAFI	– Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE	- Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIASG	- Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICAF	- Sistema de Cadastro de Fornecedores
SICONV	- Sistema de Gestão de Convênios
SIGPLAN	– Sistema de Informações Gerenciais e Planejamento
SIMPEP	– Simpósio de Engenharia de Produção
SIN	- Serviço de Informática
SINDBAST	- Sindicato dos Empregados em Centrais de Abastecimento de Alimentos do Estado de São Paulo
SINDSEF/SP	- Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo
SINMETRO	– Sistema Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial
SIORG	– Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIT	– Secretaria de Inspeção do Trabalho
SPB	- Serviço de Publicações
SPIUNET	- Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SRH	- Serviço de Desenvolvimento de Recursos Humanos
SRI	- Serviços de Recursos Instrucionais
SST	– Saúde e Segurança no Trabalho
SSTMA	– Segurança e Saúde no Trabalho e Meio Ambiente
SUS	- Sistema Único de Saúde
TAC	– Termos de Ajustamento de Conduta
TCE	- Tribunal de Contas do Estado
TCU	- Tribunal de Contas da União
TI	– Tecnologia da Informação
TL	– Tecnologia de Logística
UA	- Unidade Administrativa
UD (s)	– Unidade (s) Descentralizada (s)

UG	– Unidade Gestora
UGT	- União Geral dos Trabalhadores
UJ	– Unidade Jurisdicionada
UNESP	– Universidade Estadual de São Paulo
UO	– Unidade Orçamentária
USP	– Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	001
LISTA DE ABREVIACÕES	002 A 008
I. ROL DE RESPONSÁVEIS, NOS TERMOS DOS ARTS. 10 E 11 DA IN TCU Nº 063/2010	012 A 021
II. PARECER DO CONSELHO CURADOR	023
III. PARECER DA AUDITORIA INTERNA DA FUNDACENTRO	025 A 026
ITEM 1 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	027
Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	028
ITEM 2 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	029 A 034
Quadro A.2.1 – Demonstrativo da Execução por Programa de Governo	035 A 060
Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ	061 A 066
Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias	066
Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes	067
Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital	067
Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência	068
Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	068
Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	069
Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	070
Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ	071
Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação	071
Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	072
Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	073
ITEM 3 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	074 E 075
Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos	075
ITEM 4 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	076
Quadro A.4.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	077 E 078
ITEM 5 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	079
Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 - Quantidade	080
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	081
Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	082
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12	082
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	083
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	084
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	084
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários	085
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	086
Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada	087

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados	087 087
Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados	088
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	089
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	090 E 091
ITEM 6 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	092 E 093
ITEM 7 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	094
Quadro A.7.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV	095
ITEM 8 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	096
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	097
ITEM 9 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	098
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ	099 E 100
ITEM 10 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	101
Quadro A.10.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	102 E 103
ITEM 11 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	104
Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	105
Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	106
Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ	107
ITEM 12 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	108
Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada	109 E 110
ITEM 13 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	111
Quadro A.13.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	112 E 113
Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	113 E 114
ITEM 14 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	115
Este item não se aplica	116
ITEM 15 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	117
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	118 A 130
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	131 E 132
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	133 A 140
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	141 A 143
ITEM 16 DA PARTE “A” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	144
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	145 A 151
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	152 A 166
ITEM 1 DA PARTE “B” DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010	167
Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada	168

I. ROL DE RESPONSÁVEIS
OS TERMOS DOS ARTS. 10 E 11 DA IN TCU Nº 063/2010

264001 - SEDE

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Dirigente Maximo UA (UJ) Consolidada ou Agregada	004.745.335-49	Eduardo Azeredo Costa	Presidente	01/01/2011 A 31/12/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	331.616.037-00	Hilbert Pfaltzgraff Ferreira	Diretor de Administração e Finanças	01/01/2011 A 08/11/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituta	110.897.578-08	Solange Silva Nascimento	Diretora de Administração e Finanças - Substituta	01/01/2011 A 31/12/2011
Dirigente Maximo da UJ que Apresenta as Contas	004.745.335-49	Eduardo Azeredo Costa	Presidente	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	331.616.037-00	Hilbert Pfaltzgraff Ferreira	Diretor de Administração e Finanças	01/01/2011 A 08/11/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	110.897.578-08	Solange Silva Nascimento	Diretora de Administração e Finanças - Substituta	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espirito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Orçamentária	217.148.128-55	Julio César Lopardo Alves	Chefe do Serviço de Planejamento e Orçamento	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Orçamentária - Substituta	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento e Finanças	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	079.072.528-22	José Mário Matricardi	Chefe do Serviço de Tesouraria	01/01/2011 A 28/03/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	380.360.704-30	Maria José da Silva Maciel	Chefe do Serviço de Tesouraria	29/03/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituta	380.360.704-30	Maria José da Silva Maciel	Chefe do Serviço de Tesouraria - Substituto	01/01/2011 A 28/03/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	104.116.518-89	Valdir Rodrigues Soares	Chefe do Serviço de Tesouraria - Substituto	31/03/2011 A 31/12/2011
Responsável pelo Almoxarifado - Bens de Estoque	052.511.618-40	Edson Rodrigues dos Santos	Coordenador de Administração	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelo Almoxarifado - Bens de Estoque - Substituto	895.589.528-34	Valdeci Inocêncio de Moraes	Coordenador de Administração - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espirito Santo	Chefe do Serviço de Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento e Finanças	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro da Diretoria Técnica	040.486.873-87	Jofilo Moreira Lima Junior	Diretor Técnico	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro da Diretoria Técnica - Substituto	079.221.218-57	José Damásio de Aquino	Assistente da Diretoria Técnica	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro da Diretoria Executiva	540.174.169-34	Dalva Maria de Luca Dias	Diretor Executivo	26/06/2011 A 31/12/2011
Membro da Diretoria Executiva - Substituto	331.616.037-00	Hilbert Pfaltzgraff Ferreira	Diretor Administrativo e Financeiro	01/01/2011 A 08/11/2011
Membro de Diretoria Administrativa e Financeira	331.616.037-00	Hilbert Pfaltzgraff Ferreira	Diretor Administrativo e Financeiro	01/01/2011 A 08/11/2011
Membro da Diretoria Administrativa e Financeira - Substituto	110.897.578-08	Solange Silva Nascimento	Diretora Administrativa e Financeira - Substituta	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (PRES)	004.745.335-49	Eduardo Azeredo Costa	Presidente	01/01/2011 A 31/12/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (DEx)	540.174.169-34	Dalva Maria de Luca Dias	Diretor Executivo	26/06/2011 A 31/12/2011
Membro de Conselho Curador - Fundacentro (DEx) - Suplente	331.616.037-00	Hilbert Pfaltzgraff Ferreira	Diretor de Administração e Finanças	01/01/2011 A 08/11/2011
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E	472.455.903-97	Zilmara David de Alencar	Secretário de Relações do Trabalho do M T E	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E - Substituto	677.434.988-91	Aylza Gudin	Superintendente da Superintendência do Trabalho	01/01/2011 A 20/03/2011
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E	335.156.318-36	Paulo Roberto dos Santos Pinto	Secretário Executivo Adjunto do M T E	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E - Substituto	145.631.699-00	Nilton Fraiberg Machado	Secretário Executivo Adjunto do M T E	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante do Ministério da Saúde	024.245.607-30	Carlos Augusto Vaz de Souza	Coordenador-Geral de Saúde do Trabalhador (MS)	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante do Ministério da Saúde -Substituto	754.555.107-97	Jorge Mesquita Huet	Assessor do Departamento de Vigilância Ambiental e Saúde do Trabalhador (MS)	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante do Ministério da Previdência e Assistência Social-Substituto	345.481.061-20	Luiz Eduardo Alcântara de Melo	Coordenador-Geral de Seguro Contra Acidentes do Trabalho e Relacionamento Interinstitucional (MPS)	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E (DSST)	031.886.796-61	Rinaldo Marinho Costa e Lima	Diretor do Dep. de Segurança e Saúde no Trabalho (MTE)	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E (DSST) - Substituto	050.104.698-47	Noé Dias Azevedo	Auditor Fiscal do Trabalho (MTE)	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores	010.998.408-05	Nicolino Eugênio da Silva Júnior	Assessor de Relações Trabalhistas e Sindicais	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores - Substituto	083.484.508-31	Rubens Alves	Gerente Senior de Saúde Ocupacional (CNF)	02/02/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores	002.277.908-63	Benedito Dario Ferraz	Neptunia Seguros	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores - Substituto	082.792.638-37	Narciso Figueroa Junior	Neptunia Seguros	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores	377.719.498-00	José Carlos Canesin	Representante dos Empregadores	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores - Substituto	858.989.291-34	Tatiana Villa Carneiro	Confederação Nacional da Agricultura	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Trabalhadores	055.792.338-76	Itamar José Rodrigues Sanches	Representante da CUT	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Trabalhadores - Substituto	108.706.248-90	Luiz Carlos Jose de Queiroz	Representante da CUT	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores	939.394.168-72	Irene Ferreira de Souza Duarte Saad	Engenheira Química	01/01/2011 A 04/01/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores - Substituto	001.841.668-37	Clóvis Veloso de Queiroz Neto	Suplente representante da CNI	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro de Conselho Curador - Representante do M T E	345.319.475-68	Lozevaldo Monteiro Cruz	Assistente Técnico (Ministério da Ciência e Tecnologia)	21/06/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores	160.571.528-08	Rogério de Jesus Santos	Representante da Força Sindical	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores	108.452.228-48	Marcelo Alexandre Cândia dos Santos	Representante da Nova Central Sindical	06/07/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores - substituto	716.771.008-34	Emílio Alves Ferreira Junior	Representante da Nova Central Sindical	06/07/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores	013.344.808-85	Cleonice Caetano Souza	Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT)	01/01/2011 A 31/12/2011
Membro do Conselho Curador - Representante dos Empregadores - Substituto	274.113.389-15	Adir de Souza	Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT)	01/01/2011 A 06/07/2011

264002 - ERMS				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	065.510.251-53	Marcelo Náglis Barbosa	Chefe do Escritório de Representação de Mato Grosso do Sul	01/01/2011 A 31/12/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	558.737.588-91	José Carlos Pesente	Chefe do Escritório de Representação de Mato Grosso do Sul - Subst.	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	065.510.251-53	Marcelo Náglis Barbosa	Chefe do Escritório de Representação de Mato Grosso do Sul	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	558.737.588-91	José Carlos Pesente	Chefe do Escritório de Representação de Mato Grosso do Sul - Subst.	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	106.436.991-04	Carlos Roberto da Silva Gonçalves	Gestor Financeiro	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	217.148.128-55	Julio César Lopardo Alves	Gestor Financeiro-substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	065.510.251-53	Marcelo Náglis Barbosa	Chefe do Escritório de Representação de Mato Grosso do Sul	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	558.737.588-91	José Carlos Pesente	Chefe do Escritório de Representação de Mato Grosso do Sul - Subst.	01/01/2011 A 31/12/2011

264003 - ERCA

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	015.965.588-90	Álvaro César Ruas	Chefe do Escritório de Representação de Campinas - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	015.965.588-90	Álvaro César Ruas	Chefe do Escritório de Representação de Campinas - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	025.031.498-39	Paulo Henrique Pinto	Gestor Financeiro	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	024.965.448-20	Luiz Roberto Monteiro	Gestor Financeiro-Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	015.965.588-90	Alvaro César Ruas	Chefe do Escritório de Representação de Campinas - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011

264005 - CRMG

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	132.102.386-34	Marta de Freitas	Chefe do Centro Regional de Minas Gerais	01/01/2011 A 28/03/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	195.527.506-87	Celso Amorim Salim	Chefe do Centro Regional de Minas Gerais Substituto	28/03/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	132.102.386-34	Marta de Freitas	Chefe do Centro Regional de Minas Gerais	01/01/2011 A 28/03/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	195.527.506-87	Celso Amorim Salim	Chefe do Centro Regional de Minas Gerais Substituto	28/03/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	576.683.456-04	Erika Machado Melo Alves	Gestora Financeira	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	010.515.168-89	Ricardo Lúcio Braga	Gestor Financeiro - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	132.102.386-34	Marta de Freitas	Chefe do Centro Regional de Minas Gerais	01/01/2011 A 28/03/2011
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - substituto	195.527.506-87	Celso Amorim Salim	Chefe do Centro Regional de Minas Gerais Substituto	28/03/2011 A 31/12/2011

264006 - CRDF

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	024.188.601-59	Abner Pereira Dutra	Chefe do Centro Regional do Distrito Federal	01/01/2011 A 31/12/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	183.648.291-49	Luiz Augusto Damasceno Brasil	Chefe do Centro Regional do Distrito Federal - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	024.188.601-59	Abner Pereira Dutra	Chefe do Centro Regional do Distrito Federal	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	183.648.291-49	Luiz Augusto Damasceno Brasil	Chefe do Centro Regional do Distrito Federal - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	290.754.591-49	Marcos Fraga	Gestor Financeiro	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	512.472.401-34	Valdineusa Basilio dos Santos	Gestora Financeira - Substituta	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	024.188.601-59	Abner Pereira Dutra	Chefe do Centro Regional do Distrito Federal	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	183.648.291-49	Luiz Augusto Damasceno Brasil	Chefe do Centro Regional do Distrito Federal - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011

264007 - CRPE

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	158.555.706-49	Mauricio José Viana	Chefe do Centro Regional de Pernambuco	01/01/2011 A 31/12/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	508.947.064-20	Alexandre Cabral Tinete dos Santos	Chefe do Centro Regional de Pernambuco - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	158.555.706-49	Mauricio José Viana	Chefe do Centro Regional de Pernambuco	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	508.947.064-20	Alexandre Cabral Tinete dos Santos	Chefe do Centro Regional de Pernambuco - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	022.041.264-20	Nivaldo Bonifacio da Silva	Gestor Financeiro	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	175.101.044-91	Roberto Cunha Dantas	Gestor Financeiro - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	158.555.706-49	Mauricio José Viana	Chefe do Centro Regional de Pernambuco	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	508.947.064-20	Alexandre Cabral Tinete dos Santos	Chefe do Centro Regional de Pernambuco - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011

264008 - CRBA

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	132.365.395-34	Alix Reis de Menezes Fisher	Chefe do Centro Regional da Bahia	01/01/2011 A 31/12/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	326.404.981-34	Daniel Martins da Silva Júnior	Chefe do Centro Regional da Bahia - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	132.365.395-34	Alix Reis de Menezes Fisher	Chefe do Centro Regional da Bahia	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	326.404.981-34	Daniel Martins da Silva Júnior	Chefe do Centro Regional da Bahia - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	120.597-905-06	João Luiz Martins	Gestor Financeiro	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	738.032.008-49	Marina Maria Rodrigues Guedes	Gestor Financeiro - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	132.365.395-34	Alix Reis de Menezes Fisher	Chefe do Centro Regional da Bahia	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	326.404.981-34	Daniel Martins da Silva Júnior	Chefe do Centro Regional da Bahia - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011

264009 – CEES

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência – Substituto	376.855.977-72	Maria Angela Pizzani Cruz	Chefe do Centro Estadual do Espírito Santo – Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	027.524.617-55	Emerson José Almeida da Fonseca	Gestor Financeiro	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira – Substituto	376.855.977-72	Maria Angela Pizzani Cruz	Chefe do Centro Estadual do Espírito Santo – Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil – Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela gestão do Patrimônio – Bens Móveis	376.855.977-72	Maria Angela Pizzani Cruz	Chefe do Centro Estadual do Espírito Santo – Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011

264010 – CEPR

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	435.029.119-91	Paulo Alberto Kroneis	Chefe do Centro Estadual do Paraná	01/01/2011 A 06/07/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	274.113.389-15	Adir de Souza	Chefe do Centro Estadual do Paraná	07/07/2011 A 31/12/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência – Substituto	167.400.339-00	José Francisco Krawulski	Chefe do Centro Estadual do Paraná – Substituto	01/01/2011 A 06/07/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência – Substituto	405.335.819-15	Evelyn Joice Albizu	Chefe do Centro Estadual do Paraná – Substituto	07/07/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	435.029.119-91	Paulo Alberto Kroneis	Chefe do Centro Estadual do Paraná	01/01/2011 A 06/07/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	274.113.389-15	Adir de Souza	Chefe do Centro Estadual do Paraná	07/07/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão – Substituto	167.400.339-00	José Francisco Krawulski	Chefe do Centro Estadual do Paraná – Substituto	01/01/2011 A 06/07/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão – Substituto	405.335.819-15	Evelyn Joice Albizu	Chefe do Centro Estadual do Paraná – Substituto	07/07/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	016.700.448-40	Maria Helena Fatobene Pedrini	Gestor Financeiro	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira – Substituto	194.347.825-20	Maria do Monte Costa de Almeida Corrêa	Gestor Financeiro – Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil – Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela gestão do Patrimônio – Bens Móveis	435.029.119-91	Paulo Alberto Kroneis	Chefe do Centro Estadual do Paraná	01/01/2011 A 06/07/2011
Responsável pela gestão do Patrimônio – Bens Móveis	274.113.389-15	Adir de Souza	Chefe do Centro Estadual do Paraná	07/07/2011 A 31/12/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio – Bens Móveis – Substituto	167.400.339-00	José Francisco Krawulski	Gestor Financeiro – Substituto	01/01/2011 A 06/07/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio – Bens Móveis – Substituto	405.335.819-15	Evelyn Joice Albizu	Gestor Financeiro – Substituto	07/07/2011 A 31/12/2011

264011 – CESC

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	955.144.308-04	Orlando Cassiano Mantovani	Chefe do Centro Estadual de Santa Catarina	01/01/2011 A 31/12/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência – Substituto	178.827.709-06	Manoel Cândido da Luz	Chefe do Centro Estadual de Santa Catarina Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	955.144.308-04	Orlando Cassiano Mantovani	Chefe do Centro Estadual de Santa Catarina	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão – Substituto	178.827.709-06	Manoel Cândido da Luz	Chefe do Centro Estadual de Santa Catarina Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	125.666.528-21	Rodney Gonçalves Cordeiro	Gestor Financeiro	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira – Substituto	086.809.108-13	Diogo Tadeu Rubio	Gestor Financeiro – Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil – Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela gestão do Patrimônio – Bens Móveis	955.144.308-04	Orlando Cassiano Mantovani	Chefe do Centro Estadual de Santa Catarina	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio – Bens Móveis – Substituto	178.827.709-06	Manoel Cândido da Luz	Chefe do Centro Estadual de Santa Catarina Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011

264012 - CERJ				
NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	521.920.837-34	Vitor Paulo Assunção	Chefe do Centro Estadual do Rio de Janeiro Substituto	01/12/2011 A 31/12/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	254.045.717-72	Antonio Lincoln Colucci	Chefe do Centro Estadual do Rio de Janeiro Substituto	01/12/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	521.920.837-34	Vitor Paulo Assunção	Chefe do Centro Estadual do Rio de Janeiro Substituto	01/12/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	254.045.717-72	Antonio Lincoln Colucci	Chefe do Centro Estadual do Rio de Janeiro Substituto	01/12/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	076.310.237-78	Alisson Cardoso Santos	Gestor Financeiro	01/12/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	359.385.607-72	Augusto Antonio Barroso Madruga	Gestor Financeiro Substituto	01/12/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/12/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/12/2011 A 31/12/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	521.920.837-34	Vitor Paulo Assunção	Chefe do Centro Estadual do Rio de Janeiro Substituto	01/12/2011 A 31/12/2011

264013 - CERS

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	239.008.060-04	Maria Muccilo	Chefe do Centro Estadual do Rio Grande do Sul	01/01/2011 A 31/12/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	594.998.260-68	Cristiane Paim da Cunha	Chefe do Centro Estadual do Rio Grande do Sul - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	210.741.940-04	Maria Muccilo	Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	594.998.260-68	Cristiane Paim da Cunha	Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	496.412.980-20	Eliseu Batista Filho	Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	289.699.520-04	Maria Alice Cossio da Silva	Responsável pelos Atos de Gestão Financeira Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	239.008.060-04	Maria Muccilo	Chefe do Centro Estadual do Rio Grande do Sul	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	594.998.260-68	Cristiane Paim da Cunha	Chefe do Centro Estadual do Rio Grande do Sul - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011

264014 - CEPA

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência	045.576.702-53	Maria Júlia de Oliveira Braun Guimarães	Chefe do Centro Estadual do Pará.	01/01/2011 A 31/12/2011
Ordenador de Despesa P/ Delegação de Competência - Substituto	370.983.306-04	Hélio Vitor de Andrade Filho	Chefe do Centro Estadual do Pará Substituto.	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	045.576.702-53	Maria Júlia de Oliveira Braun Guimarães	Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	370.983.306-04	Hélio Vitor de Andrade Filho	Responsável pela Conformidade de Registro de Gestão - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira	370.983.306-04	Hélio Vitor de Andrade Filho	Gestor Financeiro	16/06/2011 A 31/12/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	055.899.082-72	Maria Célia Barbosa Lopes	Gestor Financeiro - Substituto	14/04/2011 A 16/06/2011
Responsável pelos Atos de Gestão Financeira - Substituto	318.855.602-06	Doracy Moraes de Souza	Gestor Financeiro - Substituto	16/06/2011 A 31/12/2011

NATUREZA DE RESPONSABILIDADE	CPF	NOME	CARGO	PERÍODO
Responsável pela Conformidade Contábil	181.748.758-24	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	Chefe de Serviço da Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela Conformidade Contábil - Substituto	935.150.908-78	Claudia Fantaguci Chuqui	Coordenadora de Orçamento, Finanças e Contabilidade	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	045.576.702-53	Maria Júlia de Oliveira Braun Guimarães	Responsável pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis	01/01/2011 A 31/12/2011
Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	370.983.306-04	Hélio Vitor de Andrade Filho	Responsável Pela gestão do Patrimônio - Bens Móveis - Substituto	01/01/2011 A 31/12/2011

II. PARECER DO CONSELHO CURADOR

**PARECER SOBRE AS CONTAS DA FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO, DE
SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO - FUNDACENTRO****Exercício 2011**

O Conselho Curador da FUNDACENTRO, com base no Relatório de Gestão do exercício de 2011 e no parecer da Auditoria Interna, recomenda a aprovação das Contas da Entidade do exercício em referência.

Outrossim, recomenda que para algumas observações da Auditoria sejam adotadas providências para o exercício de 2012.

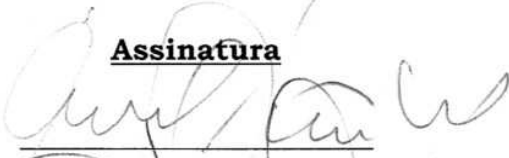
É o nosso parecer.

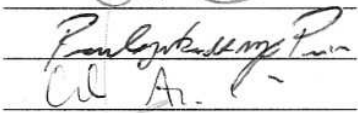
Brasília, 17 de maio de 2012.

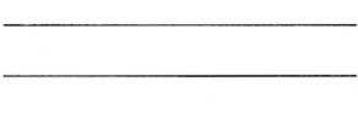
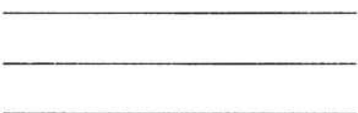
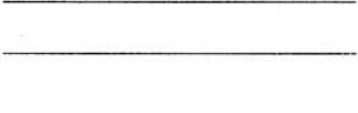
Nome do Conselheiro:

ED PIMENTEL
NICOLINO EUGÊNIO DA SILVA JR
JUIZ CARLOS J. DE OLIVEIRA
MARCELO ALEXANDRE CARVALHO DOS SANTOS
PAULO GUSTAVO DE ARAÚJO PAIVA
CARLOS AUGUSTO VIRE DE SOUZA
RINALDO MARCINHO COSTA LIMA
NILTON FRAIZER MACHADO
Rogério Gelvânio da Silva

Assinatura






PARECER DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
FUNDACENTRO
FUNDAÇÃO JORGE DUPRAT FIGUEIREDO
DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

**PARECER Nº 01/2012 DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA SOBRE A
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DA FUNDACENTRO - EXERCÍCIO de 2011**

A Unidade de Auditoria Interna da FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina no Trabalho, no cumprimento da atribuição estabelecida nos termos do parágrafo 6º, artigo 15 do Decreto nº 3.591 de 06 de setembro de 2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304 de 16 de julho de 2002, e Instrução Normativa – TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, Decisão Normativa – TCU nº 117 de 19 de outubro de 2011, Decisão Normativa - TCU da União nº 108 de 24 de novembro de 2011, examinou o Relatório de Gestão, conforme as normas de organização e de apresentação das peças que constituem o processo de contas do exercício de 2011 da FUNDACENTRO.

I - COMPOSIÇÃO DO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

2. Examinando o processo de Prestação de Contas do Exercício de 2011, verificamos que o mesmo encontra-se devidamente constituído com os elementos de que tratam seus incisos e artigos da Instrução Normativa – TCU nº 63/2010, bem como a Decisão Normativa – TCU nº 108/2010, a Decisão Normativa – TCU nº 117/2011, e a Portaria – TCU nº 123/2011 e representam de forma fidedigna as informações, com as devidas ressalvas contidas no Relatório de Auditoria nº 01/2012.

**II - RECOMENDAÇÕES/DETERMINAÇÕES EXPEDIDAS PELA UNIDADE DE
AUDITORIA INTERNA, PELOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
DO PODER EXECUTIVO FEDERAL E PELO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO.**

3. Através dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificamos que as recomendações/determinações expedidas por esta unidade de Auditoria, pelos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e pelo Tribunal de Contas da União foram parcialmente objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.



4. Nas áreas que foram objeto de auditorias realizadas no exercício de 2011, bem como naquelas em que houve acompanhamento em relação às diligências, recomendações e determinações dos órgãos de controle interno e externo, observou-se a continuidade de deficiências nos controles internos administrativos, decorrentes da não atualização de rotinas formalizadas e carência de atitudes pró-ativas.

III - ADEQUAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS

5. Nos nossos trabalhos examinamos os controles internos administrativos da entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas na área de Auditoria e concluímos que os mesmos estão devidamente adequados, porém a estruturação da área administrativa tem condições de cumprir as necessidades finalísticas da Instituição e de aderência à legislação vigente, tornando-a relevante para evitar e corrigir impropriedades/irregularidades e imprescindível na minimização dos riscos.

CONCLUSÃO

6 Em nossa opinião a Prestação de Contas Anual da FUNDACENTRO, relativa ao exercício de 2011, está em condições de ser submetida à apreciação do Conselho Curador, Órgão do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União, s.m.j.

São Paulo, 23 de abril de 2012.

Denise Neme Brisolla
Denise Neme Brisolla

Chefe da Auditoria Interna

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108,

1.1. Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação das UJ no Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE			Código SIORG: 221
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho			
Denominação abreviada: FUNDACENTRO			
Código SIORG: 221		Código LOA: 38201	Código SIAFI: 264001
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Fundação de natureza jurídica de direito Público da administração indireta			
Principal Atividade: Fundação Federal			Código CNAE: 113-9
Telefones/Fax de contato:	(011) 3066.6000	(011) 3066.6122	(011) 3066.6234
E-mail: presidencia@fundacentro.gov.br			
Página na Internet: http://www.fundacentro.gov.br			
Endereço Postal: Rua: Capote Valente, nº 710, Pinheiros, CEP 054009-002, São Paulo/SP			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criada nos termos da Lei nº 5.161 de 21 de outubro de 1966, publicada no DOU de 25.10.1966 e retificada em 31.10.1966.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estrutura Organizacional descrita no Capítulo II do Estatuto, consolidado nos termos do Decreto nº 4.663, de 02 de abril de 2003, publicado no DOU de 03/04/2003. Consta em seu artigo 4º a decorrente elaboração do Regimento Interno.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
264002	Escritório de Representação do Mato Grosso do Sul		
264003	Escritório de Representação de Campinas		
264004	Escritório de Representação da Baixada Santista - Desativada		
264005	Centro Regional de Minas Gerais		
264006	Centro Regional do Distrito Federal		
264007	Centro Regional de Pernambuco		
264008	Centro Regional da Bahia		
264009	Centro Estadual do Espírito Santo		
264010	Centro Estadual do Paraná		
264011	Centro Estadual de Santa Catarina		
264012	Centro Estadual do Rio de Janeiro		
264013	Centro Estadual do Rio Grande do Sul		
264014	Centro Estadual do Pará		

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108,

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade:

I - Competência Institucional

A Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - **FUNDACENTRO**, instituída na forma da Lei nº 5.161, de 21 de outubro de 1966, com prazo de duração indeterminado, com sede e foro na cidade de São Paulo, vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego, está regida por seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 4.663, de 02 de abril de 2003.

A FUNDACENTRO goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, conforme dispõe o § 2º do art. 207 da Constituição.

A FUNDACENTRO é uma Fundação de natureza jurídica de Direito Público. Tem por finalidade a realização de estudos e pesquisas pertinentes aos problemas de segurança, higiene, meio ambiente e medicina do trabalho e, especialmente:

I - pesquisar e analisar o meio ambiente do trabalho e do trabalhador, para a identificação das causas dos acidentes e das doenças no trabalho;

II - realizar estudos, testes e pesquisas relacionados com a avaliação e o controle de medidas, métodos e de equipamentos de proteção coletiva e individual do trabalhador;

III - desenvolver e executar programas de formação, aperfeiçoamento e especialização de mão-de-obra profissional, relacionados com as condições de trabalho nos aspectos de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador;

IV - promover atividades relacionadas com o treinamento e a capacitação profissional de trabalhadores e empregadores;

V - prestar apoio técnico aos órgãos responsáveis pela política nacional de segurança, higiene e medicina do trabalho, bem como a orientação a órgãos públicos, entidades privadas e sindicais, tendo em vista o estabelecimento e a implantação de medidas preventivas e corretivas de segurança, higiene e medicina do trabalho;

VI - promover estudos que visem ao estabelecimento de padrões de eficiência e qualidade referentes às condições de saúde, segurança, higiene e meio ambiente do trabalho e do trabalhador; e

VII - exercer outras atividades técnicas e administrativas que lhe forem delegadas pelo Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

Parágrafo único A FUNDACENTRO poderá, para o atendimento de sua finalidade, celebrar convênios, contratos, acordos ou ajustes com os governos da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, universidades e estabelecimentos de ensino, bem assim com outras entidades públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, para o fim de obter ou prestar colaboração e assistência em atividades destinadas à promoção e ao desenvolvimento de programas e projetos nas áreas de sua competência, observada a legislação pertinente.

II - Objetivos Estratégicos

Para o desenvolvimento econômico e social equilibrado visando à redução da miséria no País, como proposto pelo Plano de Governo da Presidente da República Dilma Rousseff, é fundamental que as atividades de promoção da SST sejam priorizadas no Brasil. De fato, no nosso cenário, os agravos à saúde do trabalhador, além do sofrimento que determinam, implicam em elevado custo financeiro: estima-se que somente os dispêndios com benefícios, atenção à saúde e aposentadorias por incapacitação totalizem mais de 55 bilhões de reais anuais.

A incorporação de 14 milhões de trabalhadores ao setor produtivo na última década, a aceleração do vetor de desenvolvimento nas regiões centro-oeste e nordeste, o patrimônio representado pela Amazônia, além dos substanciais recursos alocados no PAC e para os grandes eventos esportivos nacionais programados para os próximos anos precisariam encontrar uma entidade como a FUNDACENTRO preparada para esse novo ciclo de desenvolvimento do País. Adicione-se a isso a chamada governamental na última década à inovação tecnológica e gerencial, desafiando o conhecimento existente, em particular na área de SST.

Esse grande marco norteador tem conduzido a atuação da FUNDACENTRO ao longo desse novo período de governo para cumprimento de sua missão institucional. E, especificamente, 4 grandes desafios se caracterizam como os principais objetivos estratégicos da Entidade e pautam o presente e pautarão o futuro próximo em SST, e conseqüentemente a atuação da FUNDACENTRO: i) acompanhar o PAC; ii) estudar as novas tecnologias produtivas; iii) voltar-se para a microeconomia e economia informal; e iv) produzir uma linha conceitual coerente capaz de harmonizar as diversas normas e atividades reguladoras para a SST.

b) Estratégia de Atuação Frente às Responsabilidades Institucionais

I - Análise do Andamento do Plano Estratégico da Unidade ou do Órgão em que a Unidade esteja Inserida

A análise do andamento do plano ou ações estratégicas da Instituição indica que a FUNDACENTRO vem cumprindo rigorosamente as metas constantes do PPA bem como as metas físicas determinadas pela Lei Orçamentária Anual. O sucesso da implementação do plano estratégico da instituição vem sendo possibilitado por meio da realização de determinadas iniciativas, abaixo sumarizadas.

a) Visando a publicizar tais desafios e atrair o apoio de outros órgãos públicos e de setores da sociedade civil afetas ao tema da Saúde e Segurança no Trabalho - SST, uma atividade inovadora da maior relevância foi realizada em 2011: a primeira edição da BIENAL DA FUNDACENTRO, tendo como um dos seus objetivos dar maior visibilidade ao trabalho que realiza junto a entidades governamentais federais tanto do poder executivo, como do legislativo e do judiciário. Além da apresentação dos grandes desafios e projetos institucionais através de painéis e lançamento de livros, foram apresentados protótipos de soluções para a SST realizados pela FUNDACENTRO: o motor náutico desenvolvido com proteção do eixo “cardan” para que evite o escalpelamento, grave problema da região amazônica, além de uma linha de design industrial de móveis para costureiras a ser utilizada na indústria do vestuário e couro, evitando problemas de saúde e aposentadorias precoces. Esse contou com a parceria estreita com o Conaccovest (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados) que o está difundindo no país. Essa linha propiciou o depósito das primeiras 4 patentes industriais da FUNDACENTRO voltadas a assegurar melhores condições de trabalho.

b) Ademais a Fundacentro em 2011 firmou, entre outras parcerias, termos de cooperação técnica com duas instituições prestigiosas capazes de contribuir para a mudança do setor SST no país: com a Fiocruz, para a utilização do Canal Saúde de difusão, e com o Tribunal Superior do Trabalho. Outra cooperação, pactuado anteriormente, com o IPEA, permitiu que em 2011 fosse publicado um livro referência para a SST no Brasil, elaborado conjuntamente por ambas as instituições: "Segurança e saúde no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores".

c) Buscando novas formas de disseminação de informações técnicas, foram disponibilizados pela FUNDACENTRO vinte e um programas na forma de *podcast* no sítio da instituição (<http://www.fundacentro.gov.br/>). Nesse esforço de divulgação de estudos e pesquisas sobre segurança e saúde no trabalho, o periódico científico Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO) obteve novas indexações, ampliando a base de possíveis leitores. É importante frisar que os números mais recentes do periódico podem ser acessados livremente na rede mundial de computadores. No ano foram emitidos ainda 422 relatórios técnicos para os mais variados solicitantes: órgãos de fiscalização, fabricantes e usuários de equipamentos de proteção individual e o poder judiciário.

d) Em 2011, a FUNDACENTRO deu início ao primeiro curso de mestrado *stricto sensu* voltado exclusivamente à segurança e saúde no trabalho no Brasil. A primeira turma começou em agosto. Essa é mais uma ação de ponta voltada à busca de novos conhecimentos que possibilitem a adoção de melhorias das condições dos ambientes de trabalho.

II - Análise do Plano de Ação da Unidade Referente ao Exercício a que se Referir o Relatório de Gestão.

Proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde no Trabalho. Estes grandes objetivos, além de pautarem a atuação cotidiana da FUNDACENTRO, constituem o cerne do Programa 1184 – Segurança e Saúde no Trabalho, integrante do PPA 2008-2011.

A Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, é responsável pela gerência do Programa 1184, ao passo que, a FUNDACENTRO é diretamente responsável pela execução de quatro das seis ações finalísticas que compõem do referido Programa, abaixo listadas:

- a) Ação 4714: Pesquisa, estudo e desenvolvimento em segurança e saúde no Trabalho;
- b) Ação 4722 - Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico e Didático sobre Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho;
- c) Ação 4814 - Educação em Segurança e Saúde no trabalho; e
- d) Ação 6536 - Avaliações Técnico-Científicas em Segurança e Saúde no Trabalho.

Essas ações de responsabilidade da FUNDACENTRO possuem metas físicas anuais definidas e orçamentos estabelecidos na LOA. Considerando as metas físicas e o orçamento aprovado para a instituição, a Diretoria Técnica (DTe) encaminha mensagem aos técnicos da Instituição com orientações para a apresentação de propostas de trabalho em sistema eletrônico próprio parametrizado de acordo com as atividades rotineiras da instituição e com as ações do Programa 1184. Pode-se considerar que as propostas inseridas nesse sistema eletrônico próprio (Sistema de Gestão de Projetos e Atividades – SGPA) constituem o planejamento estratégico da Fundação.

As propostas de trabalho são elaboradas a partir da iniciativa dos técnicos, de atividades rotineiras anuais de manutenção de laboratórios e de demandas apresentadas pelos mais diversos agentes: órgãos públicos das três esferas de governo, órgãos do poder judiciário, sindicatos e órgãos internacionais que atuam em SST, tal como Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Visando atender a esses objetivos, especialmente os relativos à produção e difusão de conhecimento, a Fundacentro é responsável por ações de pesquisa e educação em SST, produção e distribuição de material técnico-científico e didático em SST e atendimento a demandas por pareceres e relatórios sobre SST.

As propostas aprovadas no sistema eletrônico próprio (SGPA) compõem o plano de ação da instituição. Em 2011 foram aprovadas 145 propostas de trabalho nesse sistema para a Fundacentro como um todo. Dessas, 71 eram de responsabilidade de coordenações do CTN e 74 das Unidades Descentralizadas.

No que diz respeito à pesquisa, estudo e desenvolvimento em SST, a Fundacentro desenvolveu várias pesquisas que possibilitaram a publicação de 34 artigos, teses, dissertações e livros nos mais variados assuntos da SST.

Deve-se ter em mente que as atividades da Fundacentro no Programa 1184 do PPA não se restringem apenas à geração de novos conhecimentos em SST, já que é necessário repassar o conhecimento à sociedade. Esse repasse ocorre com a realização de ações educativas; distribuição de publicações; e atendimento à demanda de órgãos públicos dos três poderes da União, Estados e Municípios, do Ministério Público, entidades de classe, organizações não-governamentais e outras instituições privadas, governos de outros países e organismos internacionais. Em 2011, 4.681 pessoas forma capacitadas em segurança e saúde do trabalho ao longo de todo o Brasil.

Ainda com a finalidade de difusão de conhecimento, em 2011 foram publicados 14 títulos sobre SST, resultados das pesquisas previstas no PPA, versando sobre nanotecnologia, avaliação qualitativa sobre riscos químicos e manuais de orientação pedagógica para elaboração de ações educativas. Nesse quantitativo destacam-se 2 (dois) números da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, publicação de cunho científico voltada à divulgação de resultados de pesquisas sobre SST; 2 (duas) teses de doutorado e 1 (uma) dissertação de mestrado.

Essas publicações, junto com outras de anos anteriores, são distribuídas para profissionais que atuam na área de SST mediante solicitação. Em 2011 a FUNDACENTRO distribuiu 97.337 exemplares, alcançando trabalhadores do setor formal e informal, empregadores, entidades de classe, representantes da sociedade civil, profissionais de nível médio e superior, como também a alunos do ensino fundamental, médio e superior.

O programa 1184 do PPA também prevê uma ação de extensão, isto é, de prestação de serviço. Em 2011, foram emitidos 675 relatórios para os mais variados solicitantes: fabricantes e usuários de equipamentos de proteção individual, órgãos de fiscalização das condições dos ambientes de trabalho, poder judiciário, Ministério Público e órgãos das três esferas do governo.

Concluindo, os resultados mostram que o programa está cumprindo com o objetivo de produzir e difundir conhecimento sobre SST e que essa difusão está sendo levada a termo em quase todo o território nacional, o visando contribuir para a redução das desigualdades regionais. Estas informações relativas ao andamento do Plano de Ação da Instituição aqui apresentadas encontram-se sumarizados a título de introdução, estando melhor detalhadas em seus respectivos capítulos neste documento.

c) Programas de Governo sob a Responsabilidade da Unidade

I - Execução dos Programas de Governo sob a Responsabilidade da UJ;

O Programa “1184 – Segurança e saúde no trabalho” teve no PPA 2008 – 2011 e tem no PPA 2012 – 2015 como objetivos proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre segurança e saúde no trabalho (SST).

Quadro A 2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo						
Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1184		Denominação: Segurança e Saúde no Trabalho				
Tipo do Programa: Finalístico						
Objetivo Geral: Proteger a vida, promover a segurança, saúde e bem estar do trabalhador e produzir e difundir conhecimento sobre Segurança e Saúde do Trabalho						
Objetivos Específicos:						
Gerente: Vera Lúcia Ribeiro Albuquerque (Secretária da Secretaria de Inspeção do Trabalho – SIT)				Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego		
Público Alvo: Trabalhadores formais e informais						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						Em R\$ 1,00
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
60.418.655	66.777.266					
		64.160.559	62.714.018			
Informações sobre os resultados alcançados						
Orde m	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Número de produção científica dos pesquisadores da FUNDACENTRO	01/12/2006	15,00	30,00	30,00	30,00
Fórmula de Cálculo do Índice						
Número absoluto de artigos publicados em veículos de relevância científica (no mínimo relacionados no sistema Qualis da CAPES) + livros ou capítulos de livros publicados que tenham passado pelo conselho editorial da FUNDACENTRO.						
Análise do Resultado Alcançado						
As ações finalísticas da Fundacentro geraram as seguintes publicações consideradas na apuração do indicador: 11 livros aprovados pelo conselho editorial da Fundacentro; duas teses de doutorado; uma dissertação de mestrado e 16 artigos técnico-científicos publicados em periódicos de relevância e						

capítulos de livros. As publicações são discriminadas a seguir.

Livros aprovados pelo Conselho Editorial da FUNDACENTRO:

- 1) RBSO 123;
- 2) RBSO 124;
- 3) Cartilha: HQ1 Nanotechnology- Transport a New Universe;
- 4) Cartilha: HQ1 Nanotecnología-Transporte a Um Nuevo Universo;
- 5) Cartilha: HQ2 Nanotecnologías- Maravillas y incertidumbres en el universo de la química;
- 6) Cartilha: HQ2 Nanotechnologies-Wonders and uncertainties in the universe of chemistry;
- 7) Cartilha: Coletor de lixo - Quem é esse? – 2ª edição;
- 8) Livro: Avaliação Qualitativa de Riscos Químicos-Orientações básicas para o controle da exposição a produtos químicos em fundições;
- 9) Livro: Avaliação Qualitativa de Riscos Químicos-Orientações básicas para o controle da exposição a produtos químicos em gráficas;
- 10) Livro: Educação em segurança e saúde no trabalho: orientações para operacionalização de ações educativas;
- 11) Livro: Educação em segurança e saúde no trabalho: orientações para produção de matérias impressos.

Teses de doutorado:

- 1) Avaliação cardiovascular e respiratória em um grupo de trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar queimada no estado de São Paulo;
- 2) O sofrimento negado: trabalho/saúde/doença, prazer e sofrimento dos trabalhadores do alumínio no Pará – Brasil.

Dissertação de mestrado:

- 1) Impactos ambientais e ocupacionais dos resíduos sólidos gerados pelas micro e pequenas empresas do arranjo produtivo local de móveis do agreste alagoano, Brasil.

Artigos técnicos -científicos e capítulos de livros:

- 1) Metodologia para medir radiação em extremidades de trabalhadores (Revista da ABHO, Vol. 09, Nº 22);
- 2) Cartilha “Saúde no trabalho das pescadoras marisqueiras” (Cartilha elaborada em conjunto com o Ministério da Pesca e Aquicultura);
- 3) Relating winds along the Southern Brazilian coast to extratropical cyclones (Meteorological Applications – Vol. 18, Nº 2, pag. 223 – 229);
- 4) In vivo hidroquinone exposure alters circulating neutrophil activities and impairs LPS-induced lung inflammation (Toxicology (2011), doi:10.1016/j.tox.2011.05.009);
- 5) Identificação e avaliação da exposição dos trabalhadores a poeira com sílica – estudo de caso na atividade de corte e assentamento de cerâmica na indústria da construção da cidade de João Pessoa – Paraíba/Brasil (International symposium on occupational safety and hygiene – Anais. ISBN 978-972-99504-7-6, pag. 667-671);
- 6) Measurement of the effective atomic numbers of compounds utilized with on radiation shielding materials (World academy of science, engineering and technology, Vol. 80, nº 156, págs. 816-819, (Electronic ISSN 2010-3778));
- 7) Indicadores de SST: fontes de dados e aplicações (Capítulo do livro “Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores”, publicado pelo IPEA);
- 8) A construção do perfil nacional da SST: elementos e subsídios (Capítulo do livro “Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores”, publicado pelo IPEA);
- 9) Saúde e segurança no trabalho no Brasil: os desafios e as possibilidades para a atuação do executivo federal (Capítulo do livro “Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas

- de informação e indicadores”, publicado pelo IPEA);
- 10) Sistemas de informação e estatísticas sobre saúde e segurança no trabalho: questões, perspectivas e proposição à integração (Capítulo do livro “Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores”, publicado pelo IPEA);
 - 11) Occupational safety and health practices among flowers greenhouses workers from alto Tietê region (Brazil) (Science of the total environment (online), disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.scitotenv.2011.11.002>);
 - 12) Detectores de AI203: C inlight expostos à radiação ultravioleta de um processo de soldagem elétrica (Revista Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento, Vol. 13, Nº 1, pags. 80-84);
 - 14) Comparação entre medições (TL e LOE) numa simulação de operação de calibração de aplicadores clínicos (Revista Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento, Vol. 13, Nº 1, pags. 89-95);
 - 15) Sensitivity analysis of airport noise using computer simulation (: Journal of Aerospace Technology and Management (JATM), Vol. 3, Nº 3, pags. 295-300, (doi: 10.5028/jatm.2011.03033011);
 - 16) Transformação do trabalho no setor saúde e condições para cuidar (Capítulo do livro “Trabalhar na saúde”, publicado pela FIOCRUZ).

O indicador da Fundacentro no programa foi plenamente alcançado, pois a meta era publicar 30 artigos em veículos de relevância científica junto com livros ou capítulos de livros submetidos à avaliação de conselhos editoriais. O indicador apurado em 2011 foi de 30 publicações, o que mostra a relevância das pesquisas realizadas na área de Segurança e Saúde no Trabalho. É importante salientar que, além dessas publicações, as pesquisas da Fundacentro também geraram outros produtos divulgados em eventos científicos nacionais e internacionais. Essas pesquisas são informadas no campo referente aos resultados obtidos da ação 4714 - Pesquisa, estudo e desenvolvimento em segurança e saúde no trabalho.

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Análise individual das ações

Ação 4714: Pesquisa, estudo e desenvolvimento em segurança e saúde no trabalho

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Desenvolver pesquisas e estudos visando à produção de conhecimento científico e tecnológico voltado para o bem estar do trabalhador e para a melhoria das condições e dos ambientes de trabalho.
Descrição	Realização de pesquisas e estudos sobre fatores determinantes de acidentes e doenças relacionados ao trabalho e desenvolvimento de estratégias ou modelos de intervenção, métodos, técnicas ou sistemas de prevenção, avaliação e controle de riscos no ambiente de trabalho.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO
Unidades executoras	Sede e 12 Unidades Descentralizadas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Técnicos de todas as Unidades Descentralizadas e do Centro Técnico Nacional envolvido nos projetos de pesquisa e estudos nas diferentes áreas e ambientes de trabalho e nos diferentes processos produtivos, de comércio e serviços.
Coordenador nacional da ação	Jófilo Moreira Lima Júnior

Resultados obtidos

Meta prevista				Meta realizada	
Meta física	Produto	Unidade de medida	Financeira (R\$ 1,00)	Física	Financeira (R\$ 1,00)
33	Pesquisa realizada	Unidade	3.400.000,00	34	2.540.470,00*

Fonte: SIGPLAN (<http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2011>; data de acesso: 10/01/2012)

Nota: * O valor empenhado na ação foi: R\$ 3.240.688,00

A FUNDACENTRO desenvolve suas pesquisas e estudos a partir da demanda de sindicatos, do MTE, de organismos internacionais, como OIT e OMS ou a partir da definição de temas ou setores em que os seus pesquisadores constatarem uma incidência significativa de doenças ocupacionais e acidentes de trabalho.

Essas pesquisas e estudos são realizados com a participação de profissionais de outras instituições, tais como, Superintendências Regionais do Trabalho, universidades públicas e privadas, Centros de Referência de Saúde do Trabalhador e institutos de pesquisa. Isso tem possibilitado uma interação bastante proveitosa, já que alunos e pesquisadores de universidades e profissionais de outras instituições de pesquisas têm oportunidade de acompanhar e efetuar os trabalhos de campo e de laboratório em conjunto com os técnicos e pesquisadores da Fundacentro.

Essa interação possibilita a Fundacentro ampliar sua capacidade de pesquisa e de produção técnico-científica, com a publicação de artigos técnico-científicos em revistas indexadas nacionais e internacionais, a apresentação de resultados de pesquisas em eventos nacionais e internacionais e a elaboração de relatórios técnico-científicos sobre o objeto de estudo. Este é um dos motivos pelos quais a meta física prevista para a ação foi ultrapassada, com poucos recursos humanos.

Outro aspecto importante nessas parcerias é que mais profissionais ou futuros profissionais são capacitados em Segurança e Saúde do Trabalhador, podendo atuar em suas respectivas instituições, aumentando o rol de pesquisadores em SST no país.

A Fundacentro optou por considerar uma pesquisa realizada apenas quando o seu produto é disponibilizado para a sociedade. Tradicionalmente, a comprovação da realização de uma pesquisa é demonstrada por meio da publicação de artigos em revistas científicas, apresentação de trabalhos em eventos (congressos, seminários, conferências), publicação de relatórios de pesquisa, defesa de dissertações ou teses ou, ainda, publicação de livros ou capítulos de livros.

Em 2009, a meta física havia sido superada em cerca de 120% (foram realizadas 33 pesquisas quando a meta era de 15). Isso mostra que a meta física estava subestimada. Em função disso, no planejamento de 2010 essa meta foi ajustada à capacidade da Fundacentro, ou seja, a meta foi estabelecida em 33 pesquisas realizadas. Considerando essa situação, observa-se que, mesmo assim, a meta física de 2010 foi superada em 12%. Um dos motivos para esse fato é que a divulgação dos resultados de uma pesquisa nem sempre se dá no ano de sua realização. Muitas pesquisas se iniciam em um ano e finalizam em outro. Outro motivo para a superação da meta física estabelecida é que única pesquisa pode gerar vários produtos, isto é, o foco original de uma pesquisa pode se ramificar em outras pesquisas e, conseqüentemente, originar novos produtos.

Essa situação ainda perdurou em 2011. Porém, a diferença entre a meta física prevista e a realizada foi bem menor que em anos anteriores. Em 2011, a meta física realizada foi apenas 3,0% superior à meta física realizada. As 34 pesquisas citadas no quadro acima foram:

- 1) Metodologia para medir radiação em extremidades de trabalhadores (trabalho publicado na Revista da ABHO, Vol. 09, Nº 22);
- 2) Cartilha “Saúde no trabalho das pescadoras marisqueiras” (Cartilha elaborada em conjunto com o Ministério da Pesca e Aquicultura);
- 3) A atmosfera e sua influência na sociedade: Relação dos ventos intensos na costa do sul do Brasil com o laplaciano da pressão de ciclones extratropicais (trabalho apresentado no IV Encontro Sul-Brasileiro de Meteorologia, realizado em Pelotas/RS/Brasil, publicado nos Anais do evento e disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/meteoro/files/2011/05/daniel_pires_bittencurt_1.pdf);
- 4) Programa de prevenção auditiva nas escolas: relato de ações em Curitiba/PR (trabalho apresentado no 19º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia, realizado em São Paulo/SP/Brasil, publicado no Anais do evento e disponível em: <http://www.sbfa.org.br/portal/suplementorsbfa>);
- 5) Fábrica de pipoca: ruído ensurdecedor (trabalho apresentado 26º encontro internacional de audiologia, realizado em Maceio/AL/Brasil, publicado nos Anais do evento e disponível em: http://www.audiologiabrasil.org.br/eiamaceio2011/anais_select.php?pg=poster&cid=2860);
- 6) Relating winds along the Southern Brazilian coast to extratropical cyclones (trabalho publicado na revista Meteorological Applications – Vol. 18, Nº 2, pag. 223 – 229);
- 7) In vivo hidroquinone exposure alters circulating neutrophil activities and impairs LPS-induced lung inflammation (trabalho publicado no formato eletrônico da revista Toxicology (2011), doi:10.1016/j.tox.2011.05.009);
- 8) Daily rhythm of salivary Il-1beta, cortisol and melatonin in day and night-workers (trabalho apresentado no 20th International Symposium on Shiftwork and Working Time, realizado em Estocolmo/Suécia, publicado nos Anais do evento e disponível em : http://www.stressforskning.su.se/content/1/c6/09/78/53/book_of_abstracts_SW_final_webb_0707.pdf);
- 9) Mass attenuation coefficients of X-RAY and gamma of materials used em radiation protection as shielding (trabalho apresentado no Encontro de Física 2011 – Sociedade Brasileira de Física, realizado em Foz do Iguaçu/PR/Brasil, publicado nos Anais do evento e disponível em: <http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/enf/2011/sys/resumos/R3324-2.pdf>);
- 10) Identificação e avaliação da exposição dos trabalhadores a poeira com sílica – estudo de caso na atividade de corte e assentamento de cerâmica na indústria da construção da cidade de João Pessoa – Paraíba/Brasil (trabalho apresentado no International symposium on occupational safety and hygiene, realizado em Guimarães/Portugal, publicado nos Anais do evento e disponível em: Anais do Simpósio (ISBN 978-972-99504-7-6, pag. 667-671));
- 11) Measurement of the effective atomic numbers of compounds utilized with on radiation shielding materials (trabalho publicado na revista World academy of science, engineering and technology, Vol. 80, nº 156, págs. 816-819, (Electronic ISSN 2010-3778));
- 12) Condições e relações de trabalho dos condutores de veículos de cargas em estradas brasileiras: efeitos da demanda por produtividade (trabalho apresentado no Congresso “Trabalho, stress e saúde: riscos psicossociais”, realizado em Porto Alegre/RS/Brasil, publicado no Anais do evento no formato eletrônico em CD-ROM);
- 13) Avaliação cardiovascular e respiratória em um grupo de trabalhadores cortadores de cana-de-açúcar queimada no estado de São Paulo (Tese de doutorado);
- 14) Indicadores de SST: fontes de dados e aplicações (capítulo do livro “Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores”, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ISBN 978-85-7811-102-1);
- 15) A construção do perfil nacional da SST: elementos e subsídios (capítulo do livro “Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores”, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ISBN 978-85-7811-102-1);
- 16) Advancement in systems approach in Brazil (trabalho apresentado no XIX World Congress on Safety and Health at Work, organizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, realizado em Istambul/Turquia e publicado nos Anais do evento);
- 17) Saúde e segurança no trabalho no Brasil: os desafios e as possibilidades para a atuação do executivo federal (capítulo do livro “Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais,

sistemas de informação e indicadores”, publicados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ISBN 978-85-7811-102-1);

18) Sistemas de informação e estatísticas sobre saúde e segurança no trabalho: questões, perspectivas e proposição à integração (capítulo do livro “Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores”, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, ISBN 978-85-7811-102-1);

19) New approaches for the protection of truck drivers' safety and health (trabalho apresentado no XIX World Congress on Safety and Health at Work, organizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, realizado em Istambul/Turquia e publicado no Anais do evento)

20) Study on safety in red ceramic industry in the state of Mato Grosso – Brazil (trabalho apresentado no XIX World Congress on Safety and Health at Work, organizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, realizado em Istambul/Turquia e publicado no Anais do evento)

21) Effective mechanisms for sustaining preventive role of an occupational health service (trabalho apresentado no XIX World Congress on Safety and Health at Work, organizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, realizado em Istambul/Turquia e publicado no Anais do evento);

22) Information on fatal cases resulting from work-related accidents in mining and construction industry in Brazil: issues on proposals to integrate official registers (trabalho apresentado no XIX World Congress on Safety and Health at Work, organizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, realizado em Istambul/Turquia e publicado no Anais do evento);

23) Occupational health and safety in the informal economy in Brazil: street vendors; collectors of materials for recycling; rural workers and fishermen (trabalho apresentado no XIX World Congress on Safety and Health at Work, organizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, realizado em Istambul/Turquia e publicado no Anais do evento);

24) Promoção da saúde em escola de ensino fundamental: relato de ação conjunta entre enfermagem e Fonoaudiologia (trabalho apresentado no 9º Congresso Brasileiro de Nursing, realizado em São Paulo/SP/Brasil, publicado no Anais do evento e disponível em: <http://www.assinesaude.com.br/congresso/new/anais2011.pdf>);

25) Educação em saúde: relato de ações sobre audição em escolas em Curitiba/PR (trabalho apresentado no IV Congresso Sul-Brasileiro de Fonoaudiologia, realizado em Balneário Camboriu/SC/Brasil, publicado no Anais do evento e disponível em: http://www.crefono3.org.br/Geral/cong_sul_bra_fono/resumos/educacao_saude.pdf);

26) Audição e equilíbrio de pescadores industriais de Itajaí/SC (trabalho apresentado no 19º Congresso Brasileiro de Fonoaudiologia, realizado em São Paulo/SP/Brasil, publicado no Anais do evento e disponível em: <http://www.sbfa.org.br/portal/suplementorsbfa>);

27) Cardiovascular effects in a group of sugarcane workers (trabalho apresentado no 23rd Annual Conference of the International Society of Environmental Epidemiology (ISEE), realizado em Barcelona/Espanha, publicado no Anais do evento e disponível em: <http://dx.doi.org/10.1289/ehp.isee2011>);

28) Occupational safety and health practices among flowers greenhouses workers from alto Tietê region (Brazil) (trabalho publicado na revista Science of the total environment (online), disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.scitotenv.2011.11.002>);

29) Detectores de AI203: C inlight expostos à radiação ultravioleta de um processo de soldagem elétrica (trabalho publicado na Revista Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento, Vol. 13, Nº 1, pags. 80-84);

30) Measuring TL and OSL of beta radioisotopes inside a glove box (trabalho publicado na revista Radiation Measurements, vol. 46, Nº 12, pags. 1847-1850);

31) Comparação entre medições (TL e LOE) numa simulação de operação de calibração de aplicadores clínicos (trabalho publicado na Revista Brasileira de Pesquisa e Desenvolvimento, Vol. 13, Nº 1, pags. 89-95);

32) Sensitivity analysis of airport noise using computer simulation (trabalho publicado no Journal of Aerospace Technology and Management (JATM), Vol. 3, Nº 3, pags. 295-300, (doi: 10.5028/jatm.2011.03033011));

33) Avaliação qualitativa e quantitativa da exposição à organofosforados em estufas (relatório técnico de pesquisa, disponível na Fundacentro);

34) Transformação do trabalho no setor saúde e condições para cuidar (capítulo do livro “Trabalhar na saúde”, publicado pela FIOCRUZ.

É importante salientar que, embora o limite para despesas com diárias, passagens e locomoção, estabelecidos no Decreto 7.446, de 01/03/2011, e regulamentos posteriores do MTE (Portaria 426, de 11/03/2011; Portaria 933, de 11/05/2011; Portaria 1.902, de 16/09/2011 e Portaria 2.229, de 04/11/2011), tenha influência nessa ação, pois há necessidade de levantamentos de campo na realização de pesquisas, a meta física foi superada. Mesmo assim, várias pesquisas previamente aprovadas pela Diretora Técnica da Fundacentro, foram diretamente afetadas por esse limite:

- i) Estudo das Condições de Segurança e Saúde do Trabalho nas Hidrovias Brasileiras (equipe de trabalho não pode realizar reuniões para estabelecer plano de trabalho);
- ii) Estudo sobre as condições de trabalho na lavoura de abacaxi no estado de São Paulo (trabalho de campo foi prejudicado porque não foi possível a participação de toda a equipe de trabalho responsável pelo levantamento);
- iii) Projeto Estimativa da Sobrecarga Térmica (equipe de trabalho não pode realizar reuniões com parceiros de outras instituições e não pode realizar avaliações de campo);
- iv) Estudo sobre Mapeamento dos riscos em Segurança e Saúde do Trabalhador e Sócio-Ambiental gerados no Processo de exploração de Urânio em Caetité/BA (equipe de trabalho não pode fazer levantamento de campo);
- v) Projeto Avaliação das Condições de Segurança e Saúde na Agricultura Familiar (equipe técnica não pode se reunir em Curitiba/PR para elaborar relatório final da pesquisa);
- vi) Estudo sobre avaliação de riscos na Cadeia Produtiva do Sisal (equipe técnica não pode fazer levantamento de campo).

Outro aspecto importante a salientar nesta ação foi o início efetivo do curso de pós-graduação *stricto sensu*, nível mestrado, em Trabalho, Saúde e Ambiente, com a admissão da primeira turma em agosto de 2011. Certamente a iniciativa representa uma nova possibilidade de formar pesquisadores que poderão atuar na elaboração de pesquisas e de propostas de medidas de prevenção de acidentes e ampliar os temas de pesquisa na área de SST contribuindo, assim, para a melhoria das condições dos ambientes de trabalho. Este é o primeiro curso de mestrado *stricto-sensu* voltado exclusivamente à segurança e saúde no trabalho no Brasil.

Do total de gastos nesta ação, as despesas com diárias totalizaram R\$ 63.335,97 e as com locomoção R\$ 26.349,46. A soma desses valores (R\$ 89.685,43) representou 3,5% do total executado na ação (R\$ 2.540.470,00).

Ação 4722 - Produção e Distribuição de Material Técnico-Científico e Didático sobre Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho.

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Disponibilizar informação na área de segurança e saúde no trabalho e meio ambiente (SSTMA) dos trabalhadores do setor formal e informal, empregadores, entidades de classe, representantes da sociedade civil, profissionais de nível médio e superior, como também a alunos do ensino fundamental, médio e superior, por meio de fascículos, cartazes, folderes, vídeos, peças de multimídia, livros, teses, manuais, cartilhas, revistas, normas e anais. Isso será conseguido por meio da distribuição de materiais adequados à clientela a que se destinam, e da aplicação de conceitos e métodos da área de educação, acompanhando a evolução das práticas de ensino e da tecnologia educacional. O que se pretende é contribuir para a geração e manutenção de boas condições dos ambientes de trabalho e áreas vizinhas. Paralelamente são reforçadas as políticas governamentais de inclusão social, promoção da cidadania e desenvolvimento sustentável.
Descrição	Produção de fascículos, cartazes, folderes, vídeos e peças de multimídia, a serem distribuídos nacionalmente: - por intermédio de sindicatos de trabalhadores e empregadores, centrais sindicais, federações, confederações, associações e outros tipos de entidades; - em seminários, congressos e demais eventos promovidos pela Fundacentro e entidades afins; - em locais de grande fluxo público, como estações de trem e de metrô; - em instituições de ensino; - pela internet, alimentando páginas já existentes ou criando novas páginas; - por outros meios a serem definidos em situações específicas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO
Unidades executoras	Sede e 12 Unidades Descentralizadas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Técnicos do setor de Recursos Instrucionais produzem os vídeos e peças de multimídia; técnicos do setor de Publicação produzem as publicações, cartilhas, cartazes, folders e os técnicos da nossa gráfica imprimem o material.
Coordenador nacional da ação	Jófilo Moreira Lima Júnior

Resultados obtidos

Meta prevista				Meta realizada	
Meta Física	Produto	Unidade de medida	Financeira (R\$ 1,00)	Física	Financeira (R\$ 1,00)
70.000	Exemplar distribuído	Unidade	1.550.000,00	97.337	519.213,00*

Fonte: SIGPLAN (<http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2011>; data de acesso: 10/01/2012)

Nota: * O valor empenhado na ação foi: R\$ 1.169.438,00

A elaboração e produção de materiais técnico-científicos, didáticos e instrucionais sobre Segurança e Saúde no Ambiente de Trabalho é um trabalho conjunto realizado pelas equipes dos projetos inseridos no SGPA e pelos seguintes setores da Fundacentro:

1. **Serviço de Recursos Instrucionais (SRI):** área técnica responsável pela realização operacional (filmagem, edição e finalização) de vídeos, DVDs, produção de cópias dos materiais produzidos e programas de rádio (Rádio Web) e de vídeo (Vídeo Web) disponibilizados no portal da Fundacentro na *internet*;
2. **Serviço de Publicações (SPb):** área técnica responsável por toda a diagramação, revisão e produção gráfica dos livros, cartilhas, folderes e cartazes da FUNDACENTRO e de parceiros;
3. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional (RBSO):** grupo técnico criado por meio de portaria da Presidência, responsável pela produção da revista científica que é disponibilizada em meio eletrônico no portal da Fundacentro na internet e na forma impressa;
4. **Gráfica:** área técnica responsável pelo parque gráfico e pela impressão das publicações da Fundacentro seja da área administrativa, tais como folhetos ou folhas timbradas, ou da área técnica, tais como livros, livretos, folderes etc.

A distribuição do material produzido é de responsabilidade do **Serviço de Documentação e Biblioteca (SDB)**, que controla a venda, a doação, e a distribuição para as Unidades Descentralizadas, além de controlar o estoque do material produzido.

O setor de Recursos Instrucionais, além de produzir vídeos e DVDs, é responsável pela filmagem de eventos e cursos realizados na Fundacentro. Em função disso, deve manter em bom funcionamento dos equipamentos utilizados nessas atividades: *notebooks*, *data show*, microfones etc. Também realiza filmagens em seminários, congressos e trabalhos de campo. Em suma, é responsável por toda a infraestrutura necessária à gravação dessas atividades. Tem uma grande escassez de recursos humanos e há necessidade urgente de renovação dos equipamentos utilizados. Conta com auxílio de terceiros por meio de contratação de serviços.

Os *podcasts* e vídeos produzidos pela Fundacentro em 2011 foram:

- 1) **Podcasts da Rádio Web Fundacentro**, disponíveis no endereço <http://www.fundacentro.gov.br/dominios/PODCAST/indexPodcast.asp?D=PODCAST>
 - Edição 95 – Exposição a agrotóxicos na indústria da maçã;
 - Edição 96 – Atualização da NR 12;
 - Edição 97 – Seminário Educação em Segurança e Saúde no Trabalho;
 - Edição 98 – Pesca Industrial – Programa Acqua Forum;
 - Edição 99 – O trabalho emocional e os impactos para a saúde dos trabalhadores do teleatendimento;
 - Edição 100 – O trabalho emocional das entrevistadoras domiciliares;
 - Edição 101 – Perfil nacional de segurança e saúde do trabalhador;
 - Edição 102 – SST na atividade de serraria de eucalipto no município gaúcho de Cerro Grande do Sul;
 - Edição 103 – 20 anos da NR 17;
 - Edição 104 – Câncer ocupacional;
 - Edição 105 – Estresse ocupacional - curso;
 - Edição 106 – Curso de pós-graduação da Fundacentro;
 - Edição 107 – Estudo sobre as condições de trabalho dos enfermeiros do estado de São Paulo;
 - Edição 108 – Saúde no trabalho das pescadoras marisqueiras;
 - Edição 109 – I Bienal Fundacentro;
 - Edição 110 – Protótipo de móveis ergonômicos;

- Edição 111 – 10 anos da ratificação da Convenção 174 da OIT;
- Edição 112 – Condições de trabalho na agricultura familiar (MG);
- Edição 113 – A saúde do catador e a educação ambiental;
- Edição 114 – RBSO: o mundo do trabalho e a saúde mental do trabalhador;
- Edição 115 – Condições de trabalho do setor de serviços de embelezamento e higiene pessoal;
- Edição 116 – Avaliação qualitativa de riscos no setor gráfico;
- Edição 117 – Anexo: cestos aéreos;
- Edição 118 – Vídeo: poeira no setor de revestimentos cerâmicos.

2) **Vídeos Web Fundacentro**, disponíveis no endereço

<http://www.fundacentro.gov.br/dominios/VIDEOCAST/indexVideocast.asp>

- Fundições;

3) **Vídeos produzidos e disponibilizados para distribuição**

- Integração Fundacentro;
- Controle da poeira no setor de revestimentos cerâmicos;
- I Bienal Fundacentro;
- Institucional Fundacentro.

O Serviço de Publicação também tem escassez de recursos humanos, pois conta com apenas uma revisora de texto e uma diagramadora, para atender a toda a demanda de produção gráfica das publicações institucionais. No exercício de 2011, apresentou a seguinte produção:

Publicações produzidas e impressas em 2011.

- RBSO 123;
- RBSO 124;
- Cartilha: HQ1 Nanotecnology- Transport a New Universe;
- Cartilha: HQ1 Nanotecnología-Transporte a Um Nuevo Universo;
- Cartilha: HQ2 Nanotecnologías- Maravillas y incertidumbres en el universo de la química;
- Cartilha: HQ2 Nanotechnologies-Wonders and uncertainties in the universe of chemistry;
- Cartilha: Coletor de lixo - Quem é esse? – 2ª edição;
- Livro: Avaliação Qualitativa de Riscos Químicos-Orientações básicas para o controle da exposição a produtos químicos em fundições;
- Livro: Avaliação Qualitativa de Riscos Químicos-Orientações básicas para o controle da exposição a produtos químicos em gráficas;
- Livro: Educação em segurança e saúde no trabalho: orientações para operacionalização de ações educativas;
- Livro: Educação em segurança e saúde no trabalho: orientações para produção de matérias impressos.

Esta ação não sofreu muita influência dos limites para despesas com diárias, passagens e locomoção, estabelecidos no Decreto 7.446, de 01/03/2011, e regulamentos posteriores do MTE (Portaria 426, de 11/03/2011; Portaria 933, de 11/05/2011; Portaria 1.902, de 16/09/2011 e Portaria 2.229, de 04/11/2011), pois não necessita de muitos deslocamentos para atividades de campo. Porém, ela não ficou imune aos problemas decorrentes desse limite, pois dois vídeos constantes do planejamento não foram finalizados em 2011, devido às restrições para despesas com diárias e locomoção: “SST na indústria da cerâmica vermelha” e “SST nas atividades das pescadoras marisqueiras”.

O valor da baixa execução financeira (38,5%) é explicado pelo valor empenhado (R\$ 650.224,00), que ficou para restos a pagar em 2012 e que representa 48% do total. Desse valor empenhado, R\$ 579.229,12,

ou seja, cerca de 89,1%, foi realizado em dezembro para aquisição de material permanente que, sabidamente, é um processo demorado. A entrega dos equipamentos adquiridos a partir de janeiro/2012 fará com que a execução financeira alcance valores próximos a 90% e capacitará a Fundacentro para atender a grande demanda por material técnico-científico e didático em segurança e saúde no trabalho

Do total de gastos nessa ação, as despesas com diárias totalizaram R\$ 11.955,36 e as com locomoção R\$ 9.167,94. A soma desses valores (R\$ 21.123,30) representou 4,1% do total executado na ação (R\$ 519.213,00).

Ação 4814 - Educação em Segurança e Saúde no trabalho

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Capacitar e atualizar os diversos atores sociais como agentes promotores da segurança e saúde dos trabalhadores
Descrição	Realização de ações educativas básicas e regulares na área de segurança e saúde no trabalho
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO
Unidades executoras	Sede e 12 Unidades Descentralizadas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Técnicos de todas as Unidades Descentralizadas e do Centro Técnico Nacional, envolvidos nas atividades de cursos sobre os diferentes temas SST
Coordenador nacional da ação	Jófilo Moreira Lima Júnior

Resultados obtidos

Meta prevista				Meta realizada	
Meta Física	Produto	Unidade de medida	Financeira (R\$ 1,00)	Física	Financeira (R\$ 1,00)
6.000	Pessoa capacitada	Unidade	1.500.000,00	4.681	1.484.101,00*

Fonte: SIGPLAN (<http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2011>; data de acesso: 10/01/2012)

Nota: * O valor empenhado na ação foi: R\$ 1.499.999,00

Nesta ação são computadas as pessoas capacitadas em ações educativas (cursos, seminários e congressos sobre temas de SST e participações em bancas de monografia, de mestrado e de doutorado) organizadas ou ministradas por técnicos da Fundacentro voltadas ao atendimento da demanda dos profissionais da área de SST.

Os cursos são ministrados pelos servidores da Fundacentro e convidados. São realizados nas salas de aula do Centro Técnico Nacional, em São Paulo e das Unidades Descentralizadas localizadas em 11 estados brasileiros. Podem ser feitos em parcerias com outras instituições nacionais ou internacionais.

Foram capacitadas 4.681 pessoas em 95 cursos, dez participações em bancas de mestrado e 36 participações em bancas de monografia, e 8 seminários e oficinas de trabalho, conforme discriminado no Quadro 1. Esse quadro mostra que a Fundacentro vem realizando ações educativas em quase todos os estados da federação, não se restringindo apenas aos estados em que possui representação.

Quadro 1 – Ações educativas (cursos, seminários e participações em bancas) realizadas pela Fundacentro em 2011, discriminadas por mês, título, estado e cidade de realização e quantidade de participantes

Mês	Ação educativa	Estado	Cidade	Quantidade de participantes
Janeiro	Curso para os trabalhadores do benzeno	SP	São Paulo	70
	Participação como membro em banca de mestrado	SP	São Paulo	1
	Curso de noções sobre a NR 33 – SST em espaços confinados	SP	São Paulo	68
	Participação como membro em banca de mestrado	PE	Jaboatão dos Guararapes	1
	Curso de produtos perigosos: aspectos ambientais e de ST	PA	Belém	49
	Total do mês			189
Fevereiro	Curso para os trabalhadores do benzeno	SP	São Paulo	25
	Curso NR 32: Riscos biológicos e riscos químicos	MA	São Luiz	123
	Curso sobre ruído	ES	Vitória	34
	Curso Capacitação dos profissionais da área de educação para implantação do projeto aprendendo com a natureza	MS	Corumbá	57
	Curso Capacitação dos profissionais da área de educação para implantação do projeto aprendendo com a natureza	MS	Dois Irmãos do Buriti	11
	Curso Capacitação dos profissionais da área de educação para implantação do projeto aprendendo com a natureza	MS	Terrenos	15
	Curso de produtos perigosos: aspectos ambientais e de ST	PA	Belém	30
	Total do mês			295
Março	Curso de qualificação para agentes multidisciplinares em segurança com máquinas injetoras do plástico	SP	São Paulo	20
	Curso de gestão de comportamento em SST	ES	Vitória	31
	Curso de fundamentos didático-pedagógicos e prática de ensino para formadores em SST	MS	Campo Grande	15
	Curso NR 32 segurança e saúde nos serviços de saúde	PR	Curitiba	45
	Curso de insalubridade e periculosidade	SC	Florianópolis	36

	Participação como membro em banca de mestrado	SC	Florianópolis	1
	Curso limites e possibilidades na construção de um trabalho mais saudável: professores	BA	Salvador	8
	Curso da NR 05 CIPA: Aspectos técnicos e legais	PA	Belém	56
	Oficina de nivelamento referente aos direitos e obrigações previdenciárias na ótica organizacional	PE	Ipojuca	50
	Encontro de fechamento do projeto gente da maré - Estado de Pernambuco	PE	Recife	50
	Total do mês			312
Abril	Curso de higiene ocupacional	MS	Campo Grande	34
	Curso de fundamentos didático-pedagógicos e técnicas de ensino para formadores de SST	ES	Vitória	30
	Curso de SST na Pesca	SC	Laguna	12
	Curso de gestão de SST para empresas de pequeno e médio porte	SC	Blumenau	18
	Total do mês			94
Maio	Curso sobre as humilhações, atos de violência, assédio moral e suicídio: O que o trabalho tem ver com isso?	BA	Salvador	36
	Curso de proteção respiratória	SC	Joinville	21
	Curso Programa de prevenção de risco em prensas e similares	SC	Blumenau	32
	Curso O estresse no mundo do trabalho	PR	Curitiba	38
	Curso de SST no setor de transportes rodoviários	MS	Corumbá	17
	Curso de oratória instrumental na educação em SST	SP	São Paulo	21
	Curso de fundamentos didáticos-pedagógicos/andragógicos e prática de ensino para formadores em SST	SP	São Paulo	25
	Total do mês			190
Junho	Curso de fundamentos de higiene ocupacional	SP	Ribeirão Preto	8
	Curso de GHS – Classificação de produtos químicos e comunicação de perigos	SP	São Paulo	44
	Curso de segurança no manuseio de resíduos eletrônicos	SP	São Paulo	52
	Aulas na disciplina Organização do Trabalho e Saúde	SP	São Paulo	57

	Curso de fundamentos didáticos-pedagogicos andragogicos e pratica de ensino para formadores em SST	PR	Curitiba	26
	Curso de fundamentos de ensino para formadores em SST	SC	Florianópolis	30
	Curso de PCMAT – Programa de condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção	SC	Blumenau	18
	Curso de SST na pesca	SC	Itapoá	31
	Curso de gestão de riscos nas organizações públicas	DF	Brasília	30
	Participação como membro em banca de mestrado	MG	Belo Horizonte	1
	Total do mês			297
Julho	Curso de fundamentos básicos para avaliação de poeira em ambientes de trabalho	PB	João Pessoa	8
	Curso de SST portuário: compreendendo a NR 29	ES	Vitória	44
	Curso Segurança e saúde na cultura da cana de açúcar	SE	Aracajú	32
	Seminário de segurança e saúde para fornecedores de cana do estado de Sergipe	SE	Aracajú	84
	Curso de Acidentes do trabalho	MG	Belo Horizonte	35
	Participação como membro em bancas de monografia	PR	Curitiba	9
	Curso de proteção respiratória	PR	Curitiba	36
	Curso de acidentes de trajeto: prevenção e o controle de perdas	RS	Porto Alegre	144
	Curso de segurança do trabalho na indústria da construção	SC	Itajaí	24
	Participação como membro em banca de mestrado	SC	Florianópolis	1
	Curso de segurança química	RJ	Rio de Janeiro	25
	Curso de SST no setor de transporte rodoviário	SE	Aracajú	42
	Total do mês			484
Agosto	Curso de atualização em SST	PA	Belém	57
	Participação como membro em bancas de mestrado	RJ	Rio de Janeiro	4
	Curso de segurança química	RJ	Rio de Janeiro	25
	Curso de avaliação de agentes químicos em ambientes de trabalho: Legislação e estratégia de amostragem	BA	Salvador	24

	2º seminário CIPA do setor de confecções: identificando riscos no ambiente de trabalho	ES	Colatina	74
	Curso de Líder Coach em SST	ES	Vitória	27
	Curso de segurança e saúde nas operações com elevadores de obras	ES	Vitória	35
	Curso de gestão de riscos na atividade da pesca e a proteção da saúde dos trabalhadores	PE	Recife	30
	Curso de exposição ocupacional as radiações não-ionizantes	PR	Curitiba	47
	Curso de noções de toxicologia ocupacional	SC	Jaraguá do Sul	27
	Curso de SST na pesca	SC	Florianópolis	38
	Curso de proteção respiratória para agentes biológicos	SP	São Paulo	35
	Curso de Inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho	SP	São Paulo	30
	Curso ambientação para alunos de educação a distancia	SP	São Paulo	12
	Total do mês			465
Setembro	Curso sobre higiene ocupacional	MS	Campo Grande	56
	Seminários de promoção da SST em GO, MT, TO e DF	DF	Brasília	106
	Curso de oratório instrumental na educação em SST	DF	Brasília	26
	Curso de noções de segurança em eletricidade	DF	Brasília	24
	Curso sobre programa de proteção respiratória	DF	Brasília	24
	Curso de aplicabilidade do GHS a produtos de vigilância sanitária	DF	Brasília	20
	Curso uma conversa, um trabalho, uma visão	RS	Porto Alegre	17
	Participação como membro em bancas de monografia	PR	Curitiba	15
	Curso conceitos de nanotecnologia e impactos a saúde dos trabalhadores	PR	Curitiba	34
	Curso sobre limites e possibilidades na construção de um trabalhador mais saudável: professores	BA	Salvador	30
	Seminário de segurança e saúde na agricultura familiar	SE	Tomar de Geru	96
	Curso de riscos de produtos químicos para os expostos ocupacionalmente em áreas técnicas do setor de saúde	SP	São Paulo	101

	Participação como membro em banca de mestrado	SP	São Paulo	1
	Curso de SST no setor de transporte rodoviário	MS	Três Lagoas	15
	Curso de saúde mental e trabalho	ES	Vitória	34
	Curso sobre ruído	ES	Vitória	30
	Curso do programa de prevenção de riscos em prensas e similares	SC	Criciúma	26
	II seminário Catarinense de prevenção ao assédio moral do trabalho	SC	Ponta das Canas	280
	Curso de SST na pesca	SC	Laguna	17
	I Seminário sobre saúde mental e trabalho do estado do Pará	PA	Belém	137
	Curso aspectos técnicos e legais na medição de ruído ocupacional	PA	Belém	44
	Curso de NR 05 (CIPA): Aspectos técnicos e legais	PA	Belém	41
	Total do mês			1.174
Outubro	Curso PCMAT- Programa de condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção	SC	Comburi	28
	Curso Gestão de produtos químicos em ambiente de trabalho	SC	Blumenau	33
	Curso de SST portuário: compreendendo a NR 29	ES	Vitória	45
	Curso de avaliação de agentes químicos em ambientes de trabalho: legislação e estratégia de amostragem	PR	Curitiba	45
	Participação como membro em bancas de monografia	PR	Curitiba	12
	Curso Atualização em SST: Duas abordagens	MS	Campo Grande	22
	Curso de extensão em higiene ocupacional	BA	Salvador	29
	Curso de Segurança Química	SP	Araraquara	45
	Curso de noções sobre a NR 33 – SST em espaços confinados	SP	São Paulo	54
	Seminário sobre segurança com GLP	RJ	Rio de Janeiro	100
	Curso de higiene e segurança do trabalho para trabalhadores do setor de fundição	PR	Loanda	32
	Curso de capacitação docente para EAD	SP	São Paulo	13
	Total do mês			458
Novembro	Curso de ventilação local exaustora controle local de trabalho	RS	Porto Alegre	30

	Curso sobre como elaborar o PPRA	ES	Vitória	52
	Curso de SST na pesca	SC	Florianópolis	34
	Curso de SST na pesca	SC	São Francisco do Sul	21
	Curso sobre gestão de riscos em organizações públicas	DF	Brasília	56
	Curso sobre avaliação qualitativa de riscos químicos: Internacional chemical control toolkit	SP	São Paulo	24
	Curso sobre as atividades de pesquisa em toxicologia ocupacional	SP	São Paulo	64
	Total do mês			281
Dezembro	Curso de exposição ocupacional as radiações não-ionizantes	SP	São Paulo	34
	Curso de Segurança química	SP	São Paulo	51
	Curso de segurança e manuseio de resíduos eletrônicos	SP	São Paulo	39
	Curso de proteção de Máquinas	PR	Curitiba	161
	Seminário de Saúde, Segurança, Higiene e Meio Ambiente do Trabalho de Mato Grosso do Sul	MS	Campo Grande	133
	Curso de Saúde mental e trabalho	PA	Belém	24
	Total do mês			442
	Total de participantes no ano			4.681

Fonte: SIGPLAN (<http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2011>; data de acesso: 10/01/2012)

A meta física prevista não foi alcançada em função do cancelamento de cursos e seminários devido aos limites estabelecidos para despesas com diárias e passagens. A meta foi estabelecida em 2010 em função do orçamento aprovado na LOA 2011. Porém, os limites para despesas com diárias, passagens e locomoção, estabelecidos no Decreto 7.446, de 01/03/2011 e regulamentos posteriores do MTE (Portaria 426, de 11/03/2011, Portaria 933, de 11/05/2011, Portaria 1.902, de 16/09/2011 e Portaria 2.229, de 04/11/2011), afetaram a realização das atividades previstas devido à impossibilidade de custeio de deslocamento dos professores e palestrantes. Vários cursos e seminários, inicialmente previstos, foram cancelados. São eles: Curso de Equipamentos de Proteção Individual (uma turma em Brasília/DF e outra em Belém/PA); Curso sobre Aspectos Técnicos na Medição de Ruído Ocupacional, em Belém/PA; Curso sobre Diretrizes de Sistema de Gestão em SST, no Rio de Janeiro/RJ; Seminário de Sociologia da Fundacentro: Trabalho, Saúde e Cidadania, em São Paulo/SP; Seminário Nacional de Educação em Segurança e Saúde no Trabalho, em Brasília/DF; Curso de Investigação e Análise de Acidentes do Trabalho pelo Método de Árvore de Causas (turmas em Ribeirão Preto, Registro, Araçatuba e Itupeva, todas no estado de São Paulo).

Do total de gastos nessa ação, as despesas com diárias totalizaram R\$ 66.006,01 e as com locomoção R\$ 47.183,63. A soma desses valores (R\$ 113.189,64) representou 7,6% do total executado na ação (R\$ 1.484.101,00).

Ação 6536 - Avaliações Técnico-Científicas em Segurança e Saúde no Trabalho

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Atender a demandas alinhadas às prioridades da FUNDACENTRO por avaliações, análises e estudos técnico-científicos na área de segurança e saúde do trabalhador que ofereçam subsídios para: promover a melhoria das condições dos ambientes de trabalho e do meio ambiente em geral; contribuir para a geração e disseminação de inovações tecnológicas adequadas a um padrão de produção ambientalmente sustentável, às demandas das regiões mais pobres do país e dos setores produtivos com novas perspectivas de geração de empregos; reduzir os riscos ambientais e de acidentes do trabalho decorrentes da geração de resíduos dos processos produtivos ou de agentes agressivos à saúde e ao meio ambiente associados a esses processos; promover o fortalecimento do sistema de normalização, controle de qualidade e metrologia dos produtos brasileiros; e aperfeiçoar a normatização e negociação coletiva em SST.
Descrição	A FUNDACENTRO recebe demandas de órgãos públicos da União, Estados e Municípios, do Ministério Público, de entidades de classe, de organizações não-governamentais, governos de outros países, organismos internacionais e outras instituições para emitir relatórios, informes e pareceres técnico-científicos na área de segurança e saúde no trabalho e meio ambiente, sobre: a qualidade de equipamentos de proteção individual e coletiva do trabalhador; investigação de acidentes graves e fatais e de condições de risco relacionadas ao desenvolvimento de doenças ocupacionais e relacionadas ao trabalho; avaliação e análise do estado de saúde dos trabalhadores potencialmente expostos a agentes agressores presentes em ambientes de trabalho; e avaliações e análises de contaminantes nos ambientes de trabalho.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO
Unidades executoras	Sede e 12 Unidades Descentralizadas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	As áreas técnicas, por meio da Diretoria Técnica indicam técnicos para participarem das comissões tripartites nacionais, regionais, estaduais, formadas a partir de demanda do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalho em relação aos temas propostos de estudos e normatização
Coordenador nacional da ação	Jófilo Moreira Lima Júnior

Resultados obtidos

Meta prevista				Meta realizada	
Meta Física	Produto	Unidade de medida	Financeira (R\$ 1,00)	Física	Financeira (R\$ 1,00)
1.000	Relatório emitido	Unidade	300.000,00	675	280.464,00*

Fonte: SIGPLAN (<http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2011>; data de acesso: 10/01/2012)

Nota: * O valor empenhado na ação foi: R\$ 300.000,00

Dois setores contribuem de forma significativa para o número de relatórios emitidos: o Serviço de Equipamentos de Segurança (SES) e a Coordenação de Saúde do Trabalho (CST).

O SES foi responsável pela emissão de 433 relatórios (68,6% do total realizado). Esses relatórios foram emitidos em atendimento a solicitações de auditores fiscais do MTE, de empresas usuárias de equipamentos de proteção individual (EPI) e de fabricantes e importadores desses equipamentos. Segundo o Art. 167 da Lei 6514, de 22/12/1977, todo EPI utilizado ou colocado à venda no Brasil necessita obter o Certificado de Aprovação (CA) emitido pelo MTE. A Fundacentro possui um dos laboratórios credenciados pelo MTE para ensaiar esses equipamentos.

A meta física não foi alcançada por dois motivos principais. O primeiro está relacionado com a continuação do processo de certificação de equipamentos de proteção individual (EPI) pelo INMETRO. Nesse processo, em 2011 os cinturões de segurança passaram a ser ensaiados em laboratórios da rede brasileira de laboratórios de ensaios, coordenados pelo INMETRO, Sendo assim, tais equipamentos deixaram de ser ensaiados na Fundacentro, o que diminuiu a quantidade de solicitações com a consequente diminuição no total de relatórios emitidos. O segundo motivo foi o cancelamento da participação em reuniões de comissões responsáveis pela elaboração de regulamentos em SST devido aos limites estabelecidos para despesas com diárias e passagens. As metas foram estabelecidas em 2010 em função do orçamento aprovado na LOA 2011. Porém, os limites para despesas com diárias, passagens e locomoção, estabelecidos no Decreto 7.446, de 01/03/2011, e regulamentos posteriores do MTE (Portaria 426, de 11/03/2011, Portaria 933, de 11/05/2011, Portaria 1.902, de 16/09/2011 e Portaria 2.229, de 04/11/2011), afetaram a realização das atividades previstas, devido à impossibilidade de custeio de deslocamento dos representantes da Fundacentro nas comissões, tendo em vista que nem sempre as reuniões ocorrem na localidade do representante.

A CST foi responsável pela emissão de 193 relatórios sobre o estado de saúde dos trabalhadores (28,6% do total de relatórios emitidos pela Fundacentro). Os demais relatórios emitidos nessa ação perfazem um total de 49 (7,2% do total) e dizem respeito ao atendimento a solicitações de pareceres sobre condições de SST nos ambientes de trabalho, solicitadas pelo Ministério Público e outros órgãos das três esferas de governo. Também são contabilizados os relatórios referentes aos cursos e eventos realizados pela Fundacentro.

Os técnicos que atendem a esta ação também possuem participação ativa nas comissões tripartites (representantes do governo, representantes dos empregadores e representantes dos trabalhadores) e prestam assessoria técnica de fundamental importância para o estudo e concepção das normas em SST, que serão editadas pelo Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho, da Secretaria de Inspeção do Trabalho (DSST/SIT).

Do total de gastos nessa ação, as despesas com diárias totalizaram R\$ 24.725,61 e as com locomoção R\$ 18.441,66. A soma desses valores (R\$ 43.167,27) representou 15,4% do total executado na ação (R\$ 280.464,00).

Finalizando, é importante salientar que os técnicos da Fundacentro realizam diversas atividades cujos produtos não são contabilizados nas ações finalísticas do PPA. Essas atividades estão relacionadas ao atendimento à demanda por informações sobre SST solicitadas pelos mais diversos atores sociais. O resultado dessas atividades em 2011 foram:

- Consultas técnicas atendidas: 487;
- Entrevistas concedidas: 60;
- Eventos realizados: 79;
- Participantes em palestras ministradas: 13.438;
- Usuários atendidos: 50.360;
- Visitas técnicas atendidas: 864.

Esses números mostram o reconhecimento da Fundacentro como centro de informações em SST no Brasil e a necessidade de ampliar seus recursos, principalmente recursos humanos, para ampliar a sua área de atuação. Essa reconhecimento também pode ser constatado quando se analisa a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST), aprovada por meio do Decreto 7.602, de 07 de novembro de 2011, que estabelece uma série de responsabilidades para a Fundacentro.

Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custo administrativo do programa, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação direta em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Compreendem as despesas com serviços administrativos em geral, pagamento de pessoal ativo, correio, transporte de cargas, manutenção e uso de frota de veículos, serviços públicos, telefonia, reprografia, serviços de limpeza, vigilância, e de apoio operacional, manutenção e conservação de equipamentos e de bens imóveis próprios, cedidos e alugados, serviços de tecnologia da informação, despesas com viagens e locomoção, estagiários, capacitação e investimentos em infra-estrutura.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO
Unidades executoras	Sede e 12 Unidades Descentralizadas
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Orçamento e Finanças, Coordenação de Recursos Humanos, Coordenação de Administração
Coordenador nacional da ação	Solange Silva Nascimento

Resultados obtidos: As informações foram extraídas do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento - SIGPLAN, constando os dados da Lei Orçamentária Anual e a execução orçamentária e financeira no exercício.

LOA/ Previsto	LOA+ Créditos/ Atual	Empenhado	Empenho Liquidado/ Realizado	Empenho Pago	% Execução
54.666.564,00	54.866.564,00	52.454.432,28	51.301.175,94	51.030.293,18	93,50

Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos servidores Públicos Federais

Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos servidores Públicos Federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
Descrição	Pagamento da Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos servidores Públicos Federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério da Previdência
Unidades executoras	Ministério da Previdência
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Orçamento e Finanças e Coordenação de Recursos Humanos
Coordenador nacional da ação	Não há coordenador vinculado

Resultados obtidos: As informações foram extraídas do SIGPLAN, constando os dados da Lei Orçamentária Anual e a execução orçamentária e financeira no exercício.

LOA/ Previsto	LOA+ Créditos/ Atual	Empenhado	Empenho Liquidado/ Realizado	Empenho Pago	% Execução
7.495.862,00	7.495.862,00	6.926.643,47	6.926.643,47	6.926.643,47	92,71

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos servidores, Empregados e seus Dependentes

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados ativos e inativos, dependentes e pensionistas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO
Unidades executoras	FUNDACENTRO – São Paulo – Coordenação de Recursos Humanos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Benefícios e Apoio Social
Coordenador nacional da ação	Roseclair Rodrigues de Campos

Resultados obtidos: As informações foram extraídas do SIGPLAN, constando as metas previstas e executadas, os dados da Lei Orçamentária Anual e a execução orçamentária e financeira no exercício.

LOA/ Previsto	LOA+ Créditos/ Atual	Empenhado	Empenho Liquidado/ Realizado	Empenho Pago	% Execução
680.200,00	680.200,00	641.251,80	641.251,80	641.251,80	94,27

Nota Explicativa:

O orçamento autorizado e liberado pelo Governo Federal permite a contratação de assistência odontológica, porém, o certame licitatório foi realizado exclusivamente para a prestação de serviços médicos e hospitalares, não incluindo na ocasião, os serviços de assistência odontológica, o que deverá ser regularizado tão logo ocorra novo procedimento licitatório.

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO
Unidades executoras	FUNDACENTRO – São Paulo – Coordenação de Recursos Humanos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Benefícios e Apoio Social
Coordenador nacional da ação	Roseclair Rodrigues de Campos

Resultados: As informações foram extraídas do SIGPLAN, constando as metas previstas e executadas, os dados da Lei Orçamentária Anual e a execução orçamentária e financeira no exercício.

LOA/ Previsto	LOA+ Créditos/ Atual	Empenhado	Empenho Liquidado/ Realizado	Empenho Pago	% Execução
38.000,00	38.000,00	24.874,40	24.874,40	24.874,40	65,46

Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos servidores e empregados

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores e empregados públicos da administração federal fundacional.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória destinada ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos servidores e empregados públicos da administração federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO
Unidades executoras	FUNDACENTRO – São Paulo – Coordenação de Recursos Humanos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Benefícios e Apoio Social
Coordenador nacional da ação	Roseclair Rodrigues de Campos

Resultados: As informações foram extraídas do SIGPLAN, constando as metas previstas e executadas, os dados da Lei Orçamentária Anual e a execução orçamentária e financeira no exercício.

LOA/ Previsto	LOA+ Créditos/ Atual	Empenhado	Empenho Liquidado/ Realizado	Empenho Pago	% Execução
245.030,00	245.030,00	169.691,53	169.691,53	169.691,53	69,15

Ação 20 CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores e empregados condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Realização dos exames médicos periódicos dos servidores e empregados da administração pública federal direta, autarquia e fundacional
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO
Unidades executoras	FUNDACENTRO – São Paulo – Coordenação de Recursos Humanos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Benefícios e Apoio Social
Coordenador nacional da ação	Roseclair Rodrigues de Campos

Resultados: As informações foram extraídas do SIGPLAN, constando as metas previstas e executadas, os dados da Lei Orçamentária Anual e a execução orçamentária e financeira no exercício.

LOA/ Previsto	LOA+ Créditos/ Atual	Empenhado	Empenho Liquidado/ Realizado	Empenho Pago	% Execução
38.436,00	38.436,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota Explicativa:

Os exames periódicos não foram realizados até a presente data em razão da necessidade da elaboração de um levantamento de riscos ambiental, a fim de embasar a realização dos exames. Este levantamento encontra-se em elaboração e tão logo seja concluído, os exames periódicos serão realizados.

Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos servidores e empregados

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO
Unidades executoras	FUNDACENTRO – São Paulo – Coordenação de Recursos Humanos
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Benefícios e Apoio Social
Coordenador nacional da ação	Roseclair Rodrigues de Campos

Resultados: As informações foram extraídas do SIGPLAN, constando as metas previstas e executadas, os dados da Lei Orçamentária Anual e a execução orçamentária e financeira no exercício.

LOA/ Previsto	LOA+ Créditos/ Atual	Empenhado	Empenho Liquidado/ Realizado	Empenho Pago	% Execução
1.300.500,00	1.300.500,00	1.032.425,95	1.032.425,95	1.032.425,95	79,39

2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
11	571	1184	4714	A	3	Unidade	33	34	20
11	573	1184	4814	A	3	Unidade	6.000	4.681	4.500
11	573	1184	4722	A	3	Unidade	70.000	97.337	60.000
19	573	1184	6536	A	3	Unidade	1.000	675	600*
11	122	1184	09HB	A	3	Servidor beneficiado	278	267	267
11	122	1184	20CW	A	3	Servidor beneficiado	278	-	-
11	302	1184	2004	A	3	Pessoa Beneficiada	800	778	820
11	122	1184	2010	A	3	Criança atendida	30	23	30
11	122	1184	2011	A	3	Servidor Beneficiado	90	74	90
11	122	1184	2012	A	3	Servidor Beneficiado	291	278	324

Fonte: SIGPLAN (<http://www.sigplan.gov.br/monitoramento/2011>; data de acesso: 10/01/2012)

Nota: *Em 2012 o título da ação 6536 foi alterado para “Participação em grupos e comissões tripartites responsáveis pela elaboração ou aperfeiçoamento de regulamentos de segurança e saúde no trabalho”

III – Programas e Objetivos Programáticos para o PPA 2012 - 2015

A partir da orientação do Ministério do Planejamento para a elaboração do planejamento plurianual para o quadriênio 2012/2015 (PPA), a FUNDACENTRO propôs: i) aumentar em 30% o número de estudos e pesquisas em SST; ii) construir o perfil nacional de segurança e saúde no trabalho; iii) criar rede de centros de pesquisa em SST; iv) criar sistema de reconhecimento e incentivo a boas práticas de segurança e saúde no trabalho; v) elaborar diretrizes para os dois setores mais críticos em termos de SST em cada região geográfica do país; e vi) implementar a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho (PNSST).

A primeira meta teve por motivação o compromisso de incremento no número das pesquisas em SST, com o cuidado de estabelecer uma visão regional sobre o assunto, quando couber (ou seja, existirão frentes que terão caráter nacional e outras que abordarão espaços subnacionais). O parâmetro utilizado é o mesmo do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente (PNETD), de forma a manter a coerência entre os documentos legais.

A construção do perfil, por sua vez, consiste em uma frente já posta pela Fundacentro, lembrando que há um sub-site ativo no portal de nossa instituição dedicado ao tema. O desafio, agora, é dar mais corpo ao processo em movimento, seja promovendo a articulação entre os entes públicos e

privados de interesse, seja alinhando as áreas internas no sentido de aproveitar todo o capital intelectual que foi amealhado e construído na trajetória da organização.

A meta relativa à rede de pesquisas tem sua justificativa na intenção de aproximar aqueles centros e pesquisadores que investigam a realidade da SST, aproveitando a sinergia para que o todo seja mais do que a soma das partes. Conquanto existam exemplos em operação criados por universidades e por outros atores da sociedade civil, partiu-se da premissa que a Fundacentro, inserida que está no aparelho de Estado, e contando com o reconhecimento por seu trabalho, inclusive com uma revista consolidada e um curso de mestrado em consolidação, pode vir a desempenhar um papel que potencialize as competências distribuídas no território nacional.

No contexto da preocupação com a difusão do conhecimento sobre SST, a criação de um sistema de reconhecimento e incentivo a boas práticas na área consiste em um mecanismo capaz de identificar, avaliar, sistematizar e disponibilizar o que está sendo feito na práxis das organizações. Assim, não só as organizações podem ampliar seu repertório e empreender processos de reflexão/ação consistentes, mas a própria pesquisa ganha subsídios para sua labuta.

Também na perspectiva de orientar as atividades de pesquisa e o desenvolvimento de estratégias e meios de intervenção para transformar a realidade da SST no Brasil, está a propositura de setores prioritários segundo as regiões político-administrativas. Para tanto, será fundamental o mapeamento da situação existente de sorte a embasar as decisões, incluindo aqui os aspectos necessários para a visão abrangente dos fenômenos que concorrem para o *status quo*.

Por último, a escolha de uma meta associada à PNSST deve-se ao propósito de demarcar a relevância que reveste a institucionalidade da ação pública. Não é admissível, afinal, que a fragmentação da política pública se perpetue, sabendo-se que esse óbice representa uma das principais causas para o incipiente desempenho em termos de eficiência, eficácia e equidade. Com isso, a Fundacentro pretende assumir, a despeito das restrições, sua capacidade de agência e mobilizar as forças requeridas para a estruturação de uma política de SST robusta e transformadora.

As metas acima enunciadas colocam a FUNDACENTRO diante de novos desafios que requerem ampliação da sua capacidade de execução, quer seja de recursos humanos ou orçamentários. Nesse sentido, têm sido feitos esforços para adequação de sua estrutura para vencer esses desafios, fazendo parte da reforma do Estatuto proposta e em deliberação nos Órgãos Superior do Poder Executivo Federal a criação de uma área de desenvolvimento e análise de informações do setor dentro de um ambiente científico capaz de estudar os impactos das políticas governamentais, econômicas e sociais, sobre a saúde dos trabalhadores brasileiros.

Essa área requer a organização do acesso aos bancos de dados pertinentes e relevantes para a análise do setor com a perspectiva de acompanhar a conjuntura em SST e propor instrumentos para prevenir danos à saúde dos trabalhadores nas atividades econômicas. Nessa perspectiva, a FUNDACENTRO disseminará informações sistematizadas para que outros parceiros as utilizem, contribuindo assim para a criação do Observatório em SST, como propõe o Fórum em SST das Centrais Sindicais.

IV - Plano de Ação Proposto para o Alcance dos Objetivos Programáticos Previsto no PPA 2012 - 2015

Visando a criar as condições institucionais suficientes para suportar a busca e o alcance de tais metas, a FUNDACENTRO pôs em prática uma série de ações voltadas ao fortalecimento institucional. Entre estas ações citam-se:

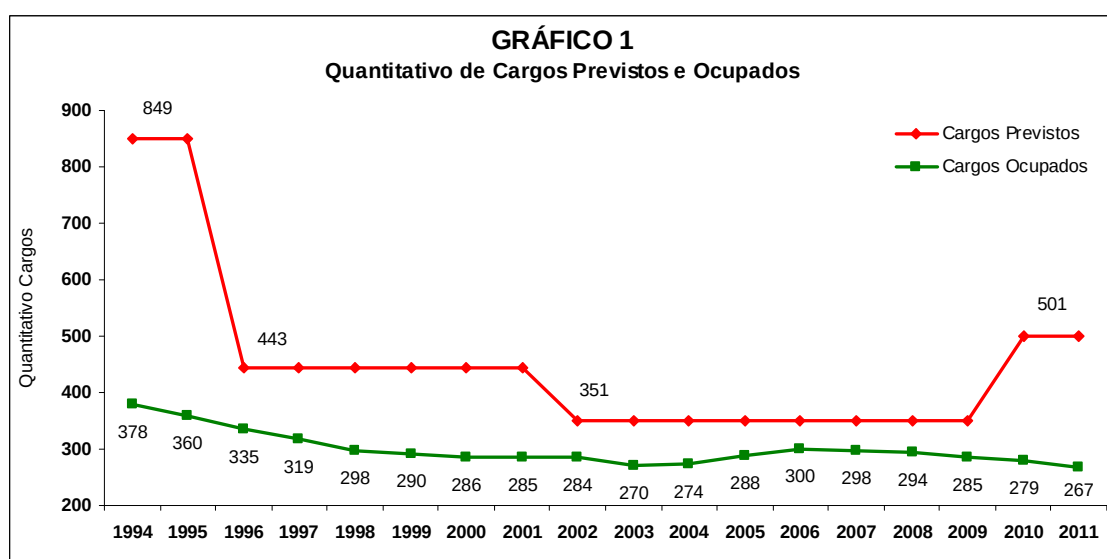
- a) nomear os 46 (quarenta e seis) candidatos aprovados no concurso público realizado em 2010, capacitando-os para se integrarem de forma eficaz e efetiva nas rotinas de trabalho em curso na FUNDACENTRO;**
- b) intensificar a articulação institucional junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para viabilizar a autorização para realizar novo concurso público para preencher os 150 cargos novos distribuídos pela Portaria da SRH nº 2.434, de 10 de setembro de 2010, visando à substituição de terceirizados, bem como as vacâncias já existentes e aquelas que naturalmente ocorrerão em função da rotatividade e do envelhecimento natural da força de trabalho;**
- c) aprovar o Novo Estatuto e o Novo Regimento Interno, atualizando a estrutura organizacional da FUNDACENTRO e transferindo a Sede Jurídica da Entidade para Brasília, aproximando geográfica e politicamente a Instituição do centro político decisório da União no Distrito Federal;**
- d) implantar unidades nos Estados do Amazonas, Goiás, Paraíba e Amapá, totalizando 16 unidades federativas com a presença da FUNDACENTRO, ampliando e fortalecendo a atuação da Fundação especialmente nas Regiões Norte e Centro-Oeste. Esta ação contou com o apoio unânime da Comissão do Trabalho e Emprego da Câmara de Deputados que para tanto produziu emenda à Proposta de Orçamento para 2012, que foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pela Presidenta da República;**
- e) construir os edifícios sede das unidades dos Centros do Rio Grande do Sul e do Pará;**
- f) iniciar a construção da Nova Sede em Brasília, com a elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia;**
- g) operacionalizar a Política Nacional de Saúde e Segurança no Trabalho - PNSST, planejando e estruturando os mecanismos adequados de implementação bem como definindo novas linhas de pesquisa adequadas ao momento socioeconômico do País; e**

- h) **Preparar a instituição para implantar, além das unidades previstas no item “b” acima, 11 novas unidades estaduais** - concluindo a presença da FUNDACENTRO em todo o território nacional, ao estabelecer unidades nos Estados de Acre, Alagoas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Sergipe e Tocantins.

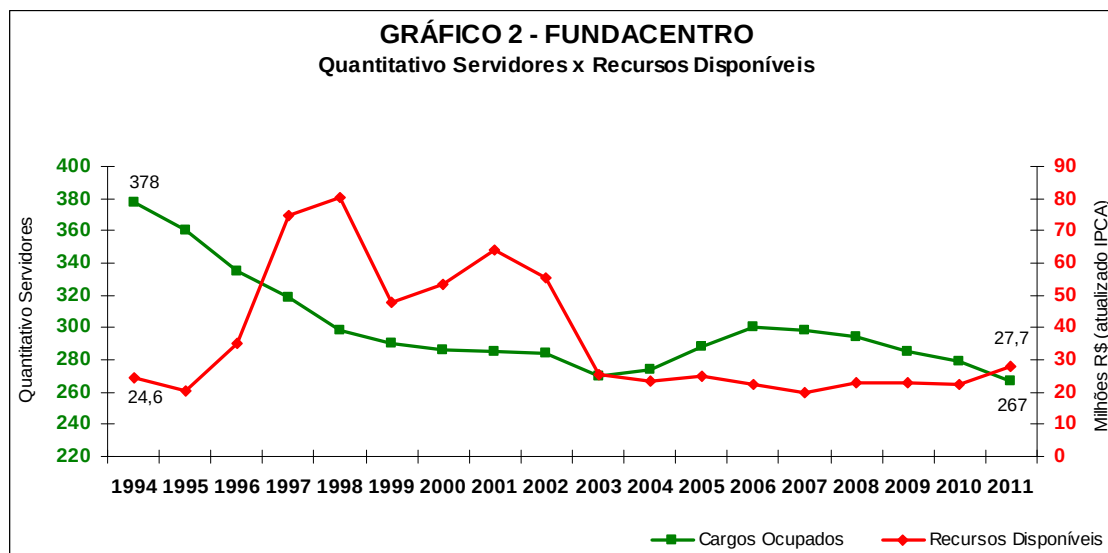
V - Desafios e Obstáculos a Superar para o Desenvolvimento do PPA 2012 – 2015

O alcance de tais objetivos depende diretamente da existência de um quadro de pessoal qualificado e perene à disposição da Instituição. E a questão de pessoal tem sido o ponto sensível desta Instituição. Desde a criação da atual carreira de servidores, a ausência de renovação e recomposição do quadro de pessoal aliada à elevada média de idade dos atuais servidores ativos têm resultado em um expressivo número de aposentadorias.

Em 1994, o Decreto nº. 1.085, de 14 de março de 1994, lotou 849 cargos efetivos na FUNDACENTRO, mas na última década perdeu servidores, tendo hoje 53% do seu quadro preenchido, contando com apenas 266 servidores estatutários conforme apresentado no Gráfico 1 abaixo, enquanto atualmente o quantitativo efetivamente ocupado reduziu-se a apenas 266 servidores. E com a previsão de ocorrerem cerca de 70 aposentadorias até 2015, este pequeno número de profissionais se reduzirá para menos de 200 servidores. A permanecer tal cenário, o cumprimento da missão institucional da FUNDACENTRO poderá ser seriamente comprometido.



Orçamentariamente a instituição está estagnada. Cerca de 70% dos recursos orçamentários são destinados ao custeio de pessoal, enquanto os recursos financeiros disponíveis para aplicação direta em sua atividade fim montam apenas os 30% restantes, como mostra o Gráfico 2 a seguir. O aumento de custos com pessoal, apesar da sua diminuição em número absoluto, é fruto mais do que tudo do envelhecimento de seus servidores, situados nos últimos níveis e/ou padrões das tabelas de remuneração de seus respectivos cargos e carreiras, dos quais parcela considerável está prestes a se aposentar.



Visando a minimizar tal cenário, a FUNDACENTRO realizou em 2010 concurso público para provimento de 63 cargos efetivos (quadro abaixo). Das vagas ofertadas no concurso, 17 cargos restaram sem candidatos aprovados. Tal fato possibilitou à FUNDACENTRO receber sinalização positiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para nomear um adicional de 50% sobre os cargos que obtiveram candidatos aprovados. Com essa autorização será possível preencher até 66 cargos efetivos por meio do referido concurso.

Cargo	Vagas Concurso	Candidatos Habilitados	Adicional (50%)	Total
Pesquisador	01	01	-	01
Analista em C&T	11	11	05	16
Assistente em C&T	08	05	04	09
Tecnologista	15	15	07	22
Técnico	28	14	04	18
Total	63	46	20	66

Aguardamos durante todo o ano de 2011 pela autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para nomear os referidos 66 aprovados, prejudicando todo o esforço de renovação do Quadro de Pessoal desta Instituição. Este insucesso se deve à vigente orientação do atual Governo de se autorizar caso a caso as nomeações relativas a concursos recentes. Em virtude da ausência da autorização de nomeação dos candidatos no prazo regular do certame, a FUNDACENTRO prorrogou, por meio da Portaria nº. 91, de 02 de junho de 2011, a validade do concurso por mais 1 (um) ano, a qual se estenderá até 30 de junho de 2012.

Exacerbando a já complexa situação relativa à reduzida força de trabalho disponível, a FUNDACENTRO foi questionada pelo TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU (Acórdão nº. 5534/2011 - TCU - 1ª Câmara) sobre a regularidade dos postos de trabalho mantidos sob a forma de terceirização. Tais questionamentos foram feitos especificamente sobre a realização por terceirizados de:

- atividades inerentes às categorias funcionais previstas no plano de cargos da FUNDACENTRO;
-

exercício de atividade-meio e presença de relação de subordinação direta e pessoalidade; e iii) exercício de atividade-fim.

De forma taxativa, o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU fixou prazo de 180 dias para que a FUNDACENTRO encaminhe àquela Egrégia Corte um plano detalhado para **substituição, até 30 de setembro de 2012** (data do fim dos Contratos de Terceirização vigentes), **de todos os terceirizados em situação de irregularidade por servidores concursados**, como forma de cumprir o disposto no Inciso II, do artigo 37, da Constituição Federal.

Encaminhamos resposta a essa Egrégia Corte, apresentando recurso sobre o posicionamento firmado por esse Tribunal de Contas. No entanto, enquanto aguardamos a reconsideração dos termos do referido Acórdão nº. 5534/2011 - TCU - 1ª Câmara, cumpre reforçar que a saída definitiva dos funcionários terceirizados e a consequente substituição dessa força de trabalho por servidores concursados comprometerá ainda mais o desempenho institucional da FUNDACENTRO. Isto porque, a realização de um novo concurso para substituição de terceirizados, também já solicitado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (Ofício FUNDACENTRO nº. 107/2010-PRES, de 19 de novembro de 2010), além de depender de nova autorização daquele Ministério, dependerá da tempestiva nomeação dos candidatos aprovados no concurso público vigente, pois, enquanto este vigor, novo concurso não poderá ser realizado, deixando a FUNDACENTRO e sua direção em condições de inadimplência perante o TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU.

2.4 Desempenho Orçamentário / Financeiro:

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa:

Quadro A.2.3 – Identificação das Unidades Orçamentárias	
Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO
FUNDACENTRO – São Paulo	264001
Escritório de Representação do Mato Grosso do Sul	264002
Escritório de Representação de Campinas	264003
Escritório de Representação da Baixada Santista - Desativada	264004
Centro Regional de Minas Gerais	264005
Centro Regional do Distrito Federal	264006
Centro Regional de Pernambuco	264007
Centro Regional da Bahia	264008
Centro Estadual do Espírito Santo	264009
Centro Estadual do Paraná	264010
Centro Estadual de Santa Catarina	264011
Centro Estadual do Rio de Janeiro	264012
Centro Estadual do Rio Grande do Sul	264013
Centro Estadual do Pará	264014

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes							Valores em R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesas Correntes					
			1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA		58.047.296	50.452.874			24.752.166	18.768.435
CRÉDITOS	Suplementares		1.300.000	7.310				578.611
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados			6.027				
Outras Operações								
Total			59.347.296	57.756.847			24.752.166	19.347.046
Observação: Recebemos Destaque no valor de R\$ 1.250.755,00, não computado no quadro								
Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças – Dados Extraídos do Sistema Siafi								

2.4.3 Programação de Despesa de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas Capital							Valores em R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa de Capital					
			4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA		2.550.000	1.270.000				
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			2.550.000	1.270.000				
Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças – Dados Extraídos do Sistema Siafi								

2.4.3.1 Quadro Resumo de Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência							Valores em R\$ 1,00	
Origem dos Créditos Orçamentários			Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
			Exercícios		Exercícios		Exercícios	
			2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA		24.752.166	18.768.435	2.550.000	1.270.000		
CRÉDITOS	Suplementares			578.611				
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados							
Outras Operações								
Total			24.752.166	19.347.046	2.550.000	1.270.000		
Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças – Dados Extraídos do Sistema Siafi								

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa							Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes			
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes	
Movimentação Interna	Concedidos	389012				1.250.755	
	Recebidos	264001	389011112201062619			1.250.755	
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação				
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						
Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças – Dados Extraídos do Sistema Siafi							

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

1.1.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ				Valores em R\$ 1,00
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	19.568.101	10.783.420		9.973.210
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	2.979.821	5.472.136		5.128.892
Inexigibilidade	1.288.944	1.164.634		1.046.928
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	3.124	2.577		2.577
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	58.715.937	55.870.835		55.870.835
Diárias	324.884	613.582		613.582
Outros				
Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças – Dados Extraídos do Sistema Siafi				

.1.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Originários da UJ							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Aposentadoria	13.529.550		13.529.550	12.575.172			13.529.550	
Pensões	1.830.146		1.830.146	1.831.198			1.830.146	
Outros Benefícios assistenciais	1.900		1.900	18.397			1.899	
Vencimentos e Vantagens Fixas- Pessoal Civil	33.730.529		33.730.529	34.103.427			33.521.642	
Outras despesas variáveis-pessoal civil	259.733		259.733	220.442			259.733	
	48.479						48.479	
Sentenças Judiciais			48.479	48.299				
Despesas de exercícios anteriores	2.191.824		2.191.824	14.069			2.191.824	
Obrigações patronais-Op. Intra orçamentárias	6.926.643		6.926.643	7.059.830			6.926.643	
2- Juros e Encargos da Dívida								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
							24.874	
Outros Benefícios Assistenciais	24.874		24.874	24.302				
			324.883					
Diárias- Pessoal Civil	324.884	613.582		613.582			324.884	613.581
Material de Consumo	1.184.876	1.042.839	953.005	1.042.830	113.497	92.539	933.648	871.824
Passagens e despesas com locomoção	321.011	536.323	226.716	536.323	106.603	44.259	226.716	414.876
Serviços de Consultoria	0,0		0,0			2.500	0,0	
						42.841		
Outros serviços de terceiros-pessoa física	842.850	534.217	816.323	808.269	33.565		806.404	500.652
Locação de mão de obra	13.125.016	9.976.811	11.790.419	9.975.811	117.763	853.703	11.790.419	9.857.765
Outros serviços de terceiros-pessoa jurídica	4.759.646	5.039.733	4.253.079	5.017.733	326.575	1.390.376	4.243.616	4.594.359
Auxílio alimentação	1.032.426		1.032.426	1.062.932			1.032.426	
Outros serv.de terceiros-pessoa jurídica-intra-orç.	34.492	51.940	17.743	51.940	1.024	7.417	17.743	50.916
Obrigações tributos.e contr.op.intra-orç.	359.057	45.502	359.832	367.281		1.418	359.832	45.502
Auxílio transporte	169.691		169.691	199.536			169.691	
Despesas de exercícios anteriores (9092)	2.175.902		2.175.902		4.007		2.175.902	
Indenizações e restituições	841.550	93.894	841.550	373.565		26.645	841.550	93.894
Obrigações Tributárias e contributivas	390.337	371.291	389.770	371.291		28.987	358.437	340.791
Despesas de exercícios anteriores	15.923		15.923			15.923		

1.1.1.3 Despesa de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
Equipamentos e Material permanente –op. Intra-orç.	1.969.637	728.365	616.628	728.365	264.436	701.255	616.628	324.200
Outros serv. De terceiros-pessoa jurídica	205.234		169.115				169.115	
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

2.4.4.3 Despesa por Modalidade e Contratação dos Crédito Recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesa por Modalidade de Contratação dos Crédito Recebidos por Movimentação				Valores em R\$ 1,00
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão				
Concurso				
Consulta				
Contratações Diretas				
Dispensa				
Inexigibilidade				
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos				
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias				
Outras				
Fonte:				

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação							Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2- Juros e Encargos da Dívida								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Fonte:								

*** Não há informações de Créditos Recebidos por Movimentação no exercício de 2011.**

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento dos Créditos Recebidos por Movimentação						Valores em R\$ 1,00		
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
Nome 1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Fonte:								

2.4.4.3 Despesa por Modalidade de Contratação dos Crédito Recebidos por Movimentação

2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por movimentação

2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos recebidos por movimentação

*** Informamos que não houve registro de Créditos Recebidos por Movimentação nas modalidades descritas acima no exercício de 2011.**

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108,

Não houve no exercício de 2011 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108,

4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro A.4.1 – Situação de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores				Valores em R\$ 1,00
Unidade Gestora- 264001				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010				
2009	59.576,00	0,0	59.576,00	0,0
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010				
2009	3.065.937,84	521.311,42	2.540.476,42	4.150,00
Total				
Observações:				
Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças – Sistema Siafi				

Unidade Gestora- 264004				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010				
2009	0,0	0,0		0,0
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010				
2009	23.837,96	4.525,98	19.311,98	0,0
Total				
Observações:				
Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças – Sistema Siafi				

Unidade Gestora- 264008				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010				
2009		0,0		0,0
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010				
2009	68.630,81	3.101,25	65.529,56	0,0
Total				
Observações:				
Fonte: Coordenação de Orçamento e Finanças – Sistema Siafi				

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108,

5. 1 Composição do quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da Força à disposição da unidade jurisdicionada

Quadro A. 5.1 – Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		267	00	00
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado		02	02	00
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		02	00	00
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas		06	00	01
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Total de Servidores (1+2)		277	02	01

Fonte:

Obs: O servidor Carlo Roberto da Silva Gonçalves, encontra-se na situação de Anistiado, através da portaria nº 1.750 de 15/07/2009, condição não contemplada na planilha Força de Trabalho 5.1.1 – sua origem Ministerio do Transporte.

5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	
Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	
3.2. A pedido, a critério da Administração	
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	
4.1. Doença em pessoa da família	
4.2. Capacitação	
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	
5.2. Serviço militar	
5.3. Atividade política	
5.4. Interesses particulares	
5.5. Mandato classista	01
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Sistema SIAPE	

5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.3 – Detalhamento Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ – situação em 31/12.

Tipologia dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargo em comissão				
1.1. Cargos de Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		56	00	00
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		01	00	00
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		07	00	01
1.2.4. Sem vínculo		13	00	03
1.2.5. Aposentados		00	00	00
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		45	00	00
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		00	00	00
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas		01	00	00
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)		123	00	04

Fonte:

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segunda a idade

Quadro A.5.4 - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	03	13	54	97	14
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	01	02	14	24	04
2.3. Funções gratificadas		05	21	11	04
3. Totais (1+2)	04	20	89	132	22

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Sistema SIAPE

Quadro A.5.5 – Quantidade de Servidores da UJ por nível de escolaridade – situação apurada em 31/12

Tipologia do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira	00	00	14	07	43	116	05	46	36
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	00	00	00	00	07	16	02	04	09
2.3. Funções gratificadas	00	00	00	00	19	14	03	02	01
3. Totais (1+2)	00	00	14	07	69	146	10	52	46

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Sistema SIAPE

5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria

Quadro A.5.6 – Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de proventos/Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral		
1.1 Voluntária	37	10
1.2 Compulsória	01	00
1.3 Invalidez Permanente	36	01
1.4 Outras	00	00
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	81	00
2.2 Compulsória	03	00
2.3 Invalidez Permanente	00	00
2.4 Outras	00	00
3. Totais (1+2)	158	11

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Sistema SIAPE

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada

Quadro A.5.7 – Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12

Regime de proventos do servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulado até 31/12	Iniciada no exercício em referência
1. Aposentado		
1.1 Integral	06	00
1.2 Proporcional	09	01
2. Em Atividade	11	00
3. Total (1+2)	26	01

Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Sistema SIAPE

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários					
Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	17	28	33	32	R\$ 192.331,68
1.1 Área Fim	14	22	27	25	R\$ 151.295,69
1.2 Área Meio	3	6	6	7	R\$ 40.383,99
2. Nível Médio	4	9	10	8	R\$ 36.593,69
2.1 Área Fim	1	2	4	2	R\$ 17.277,85
2.2 Área Meio	3	7	6	6	R\$ 18.662,84
3. Total (1+2)	21	37	43	40	R\$ 228.925,37
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Sistema SIAPE					

5.4 Demonstração de Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores									Em R\$ 1,00		
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	5.675975,88		9.156.801,76	45.052,82	1.073.412,57	13.788,06	170.844,28	0,00	0,00	16.135.875,37
	2010	5.985.755,12		9.528.240,42	44.493,13	1.120.712,11	13.936,77	154.117,05	0,00	0,00	16.847.254,60
	2009	5.874.853,09		8.843.500,36	49.639,15	720.498,07	16.171,25	93.784,01	0,00	0,00	15.598.445,93
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	148.873,44		7.411,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		156.285,12
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011										
	2010										
	2009										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	2.761.285,56		4.454.660,32	21.917,59	522.200,71	6.707,70	83.113,43	0,00	0,00	7.849.885,31
	2010	2.693.589,80		4.287.708,19	20.021,91	504.320,45	6.271,55	69.352,67	0,00	0,00	7.581.264,57
	2009	2.548.129,05		3.835.735,09	21.530,24	312.505,19	7.014,04	40.677,40	0,00	0,00	6.765.591,01
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	1802505,85		2907903,26	14307,32	340881,02	4378,64	54254,60			
	2010	1.758.315,57		2.798.920,62	13.069,86	329.209,18	4.093,93	45.271,88	0,00	0,00	4.948.881,04
	2009	1.663.362,02		2.503.882,63	14.054,46	203.996,44	4.578,61	26.553,30	0,00	0,00	4.416.427,46

5.5. Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada

5.5.1 Informação sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

Quadro A.5.9 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada					
Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (Assistir na operação dos sistemas informatizados do governo federal e sistemas internos relativos às áreas orçamentárias, financeiras, patrimonial, de administração de pessoal, de licitações, de contratos, de convênios e outras; Organizar e inserir todos os documentos nos processos administrativos relativos às informações extraídas dos sistemas do governo federal, o que couber; Assistir no controle do sistema interno de movimentação dos bens patrimoniais; Assistir na digitação de comunicações internas, ofícios, memorandos, e outros documentos; Realizar outras atividades de assistência administrativa inerentes aos serviços contratados.)	32	32	16		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Fiscalização do Contrato de Apoio Administrativo					

Quadro A.5.10 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados		
Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
Não houve substituição no período		
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Fiscalização do Contrato de Apoio Administrativo		

5.5.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

Quadro A.5.11 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
NÃO HOUVE	0	0	
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Sistema SIAPE			

Nota Explicativa:

Com a sanção da Lei nº 12.279, de 30 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 01 de julho de 2010, foram criados 2.523 cargos do plano de carreira para Área de Ciência e Tecnologia, dos quais 150 (cento e cinquenta) foram distribuídos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à FUNDACENTRO, por meio da Portaria nº 2.434, de 10 de setembro de 2010.

Dessa forma, para atender a necessidade de reposição do seu quadro funcional, implementar os objetivos já compreendidos na proposta de novo estatuto, modernizar a área de planejamento estratégico e expandir nacionalmente o Instituição, solicitamos ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão autorização para realizar Concurso Público para provimento de 156 cargos vagos, que aguardamos.

5.5.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade

Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO													
UG/Gestão: 264001							CNPJ: 62.428.073/0001-36						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	017/2010	Brasanitas 60.902.939/0001-73	03/05/10	02/11/12	49	49					A
2010	V	O	020/2010	Capital 67.552.034/0001-60	30/07/10	29/07/12			26	22			A
2010	V	O	021/2010	Liserve 08.165.946/0001-10	01/10/10	30/09/12			04	04			A
2011	V	O	027/2010	Única 03.037.698/0001-08	01/01/11	31/12/12			10	08			A
2011	V	O	028/2010	E. Santos 03.257.467/0001-00	22/02/11	21/02/13			04	04			A
2011	V	O	029/2011	Transegur 03.265.996/0001-55	03/01/11	02/01/13			04	04			A
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Coordenação de Administração													

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra**Unidade Contratante****Nome: Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO****UG/Gestão: 264001****CNPJ: 62.428.073/0001-36****Informações sobre os contratos**

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	4, 5, 6, 7, 9, 14	O	008/2010	O O Lima 49.953.581/0001-75	01/04/10	30/09/12	67	44	111	89	22	01	A
2010	4, 5, 6, 7, 9, 14	O	009/2010	Dinâmica 00.332.833/0008-26	01/04/10	30/09/12	32	31	46	25	06	01	A
2010	5	O	004/2010	Algar 21.246.699/0001-44	08/03/10	07/03/13			02	02	04	04	AP
2010	5	O	005/2010	Synos 05.510.654/0001-89	08/03/10	07/03/13			05	05	04	04	AP
2010	11	O	018/2010	Brasanitas 60.902.939/0001-73	05/10/10	04/10/12			08	08			A
2008	8	O	002/2008	Simpres 07.432.517/0001-07	10/03/08	09/06/12			02	02			AP

Observação:**LEGENDA****Área:**

1. Conservação e Limpeza;
2. Segurança;
3. Vigilância;
4. Transportes;
5. Informática;
6. Copeiragem;
7. Recepção;
8. Reprografia;
9. Telecomunicações;
10. Manutenção de bens móveis
11. Manutenção de bens imóveis
12. Brigadistas
13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
14. Outras

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
--

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Coordenação de Administração

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 108

6. Informação sobre as transferências mediante a convênio:

Não há informações para este, pois a FUNDACENTRO não realizou transferências mediante a convênio no exercício de 2011.

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108

7.1 Modelo da declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **Edson Rodrigues dos Santos**, CPF nº **052.511.618-40**, **Coordenador de Administração**, exercido na **Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 12 de março de 2012.

Edson Rodrigues dos Santos

052.511.618-40

Coordenador de Administração / FUNDACENTRO

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108

8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	106		
	Entregaram a DBR	106		
	Não cumpriram a obrigação	00		
Fonte: Coordenação de Recursos Humanos – Sistema SIAPE				

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108

9.1 Estrutura de controles internos da UJ ???? Qual critério?

Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ					
Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					X
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108

10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
2.... A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
2.... Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
2.... No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
2.... No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					X
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? NÃO HOUVE AQUISIÇÃO DE NENHUM VEICULO					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X

12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. ▪ Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?			X		
Considerações Gerais:				X	

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	São Paulo	2	2
	São Paulo	1	1
	Campinas	1	1
	Mato Grosso do Sul	1	1
	Campo Grande	1	1
	Minas Gerais	2	2
	Belo Horizonte	2	2
	Distrito Federal	2	2
	Brasília	2	2
	Pernambuco	1	1
	Recife	1	1
	Bahia	1	1
	Salvador	1	1
	Santa Catarina	1	1
	Florianópolis	1	1
	Rio Grande do Sul	1	1
	Porto Alegre	1	1
	Pará	1	1
	Belém	1	1
Subtotal Brasil		12	12
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		12	12
Fonte: Serviço de Contabilidade – Sistemas SPIUNET e SIAFI			

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros			
LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	São Paulo	2	2
	São Paulo	2	2
	Espírito santo	1	1
	Vitória	1	1
	Paraná	1	1
	Curitiba	1	1
	Rio de Janeiro	1	1
	Rio de Janeiro	1	1
	Rio Grande do Sul	1	1
	Porto Alegre	1	1
	Pará	1	1
	Belém	1	1
Subtotal Brasil		07	07
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
Subtotal Exterior		Σ	Σ
Total (Brasil + Exterior)		7	7
Fonte: Serviço de Contabilidade – Sistemas SPIUNET e SIAFI			

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
264001	7107.00475.500-8	Uso em serv.Publico	Muito Bom		09/09/11	23.963.994,92	51.771,47	38.013,31
264002	9051.00246.500-4	Cessão adm.Fed	Regular		09/09/11	873.963,12	5.083	0,00
264003	6291.00071.500-9	Uso em serv. Publ.	Bom		09/09/11	341.442,00	90.395,00	255,12
264005	4123.00192.500-5	Uso em serv.publ	ruim		09/09/11	488.806,84	0,00	0,00
264005	4123.00303.500-7	Uso em serv. Publ	Bom		09/09/11	3.215.213,67	7.174,00	4.149,08
264006	9701.17244500-2	Uso em serv.publ.	regular		09/09/11	7.135.924,17	0,00	97,95
264006	9701.17145.500-4	Cessão adm. Fed	Bom		09/09/11	134.703,75	0,00	0,00
264006	9701.17708.500-4	Cessão adm. Fed	regular		09/09/11	171.071,88	0,00	0,00
264006	9701.21452.500-9	cessão	bom		09/09/11	135.548,16	0,00	0,00
264006	9701.21483.500-8	cessão	bom		09/09/11	152.430,68	0,00	0,00
264006	9701.21484.500-3	cessão	bom		09/09/11	132.073,76	0,00	0,00
264006	9701.21485.500-9	cessão	bom		09/09/11	336.191,34	0,00	0,00
264006	9701.21486.500-4	cessão	bom		09/09/11	141.084,51	0,00	0,00
264006	9701.21487.500-0	cessão	bom		09/09/11	141.084,51	0,00	0,00
264006	9701.21489.500-0	cessão	bom		09/09/11	133.816,44	0,00	0,00
264006	9701.21488.500-5	cessão	bom		09/09/11	141.084,51	0,00	0,00
264006	9701.21490.500-6	cessão	bom		09/09/11	168.841,89	0,00	0,00
264006	9701.21491.500-1	cessão	bom		09/09/11	141.084,51	0,00	0,00
264006	9701.21492.500-7	cessão	Muito bom		09/09/11	147.373,86	0,00	0,00
264006	9701.21493.500-2	cessão	bom		09/09/11	130.090,37	0,00	0,00
264006	9701.21494.500-8	cessão	bom		09/09/11	130.090,37	0,00	0,00
264006	9701.21496.500-3	cessão	bom		09/09/11	119.433,97	0,00	0,00
264006	9701.21496.500-9	cessão	bom		09/09/11	130.090,37	0,00	0,00
264006	9701.21497.500-4	cessão	bom		09/09/11	130.090,37	0,00	0,00
264006	9701.21498.500-0	cessão	bom		09/09/11	130.090,37	0,00	0,00
264007	2531.00503.500-0	Entrega adm.Fed	regular		09/09/11	1.133.211,48	14.803,00	2.716,00
264008	3849.00525.500-7	Uso em serv.publ.	bom		09/09/11	2.568.076,61	32.047,39	2.309,46
264011	8105.00193.500-4	Entrega adm. Fed	bom		09/09/11	2.396.868,67	6.160,00	0,00
264013	8801.00427.500-7	Em regularização	regular		09/09/11	1.665.849,40	4.123,00	0,00
264014	0427.00685.500-5	Uso em Serv.publ.	bom		09/09/11	907.408,32	0,00	351,00
Total							211.557,45	47.891,92

Fonte: Serviço de Contabilidade – Sistemas SPIUNET e SIAFI

12. PARTE A, ITEM 12, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108

12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada					
Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento da área					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.		X			
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.		X			
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	X				
Perfil dos Recursos Humanos envolvidos					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.		1 servidor, 15 terceirizados			
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	X				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	X				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.				X	
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.		Serviços: 99%			
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X	
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.			X		
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?			X		
Considerações Gerais: O item 12 acima identifica o nível de participação de terceirização de bens e serviços. Contudo, os únicos bens que são terceirizados são os dos contratos de suporte e infraestrutura e desenvolvimento de sistemas, totalizando 9 microcomputadores e 6 notebooks; os bens de uso dos servidores e demais colaboradores são de propriedade da FUNDACENTRO. Com relação aos serviços, há terceirização de todos, cabendo ao Serviço de Informática a gestão da prestação de serviços e bens de TI. Com relação ao item 13 acima a FUNDACENTRO não possui área específica para gestão de contratos de bens e serviços de TI, entretanto a gestão de bens e serviços de TI é realizada pelo servidor alocado no Sin, em conjunto com a área de contratos quando for o caso. Para a contratação e gestão de bens e serviços de TI é elaborado Termo de Referência pelo Sin. O Sin também fiscaliza os contratos relacionados à TI da					

FUNDACENTRO. Acerca do item 14, embora não tenha ocorrido até o momento, há previsão nos contratos de prestação de serviços a transferência de conhecimento para servidor do Órgão.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

--	--	--	--	--

13. PARTE A, ITEM 13, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108

13.1 Despesas Com Cartão de Crédito Corporativo

Quadro A.13.1 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador					Valores em R\$ 1,00
Código da UG 1:264001		Limite de Utilização da UG			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Claudia Marchiano	116.806.588-75				
Valdeci Inocêncio de Moraes	895.589.528-34		200,00		200,00
Total utilizado pela UG					
			200,00		200,00
Código da UG 2:264003		Limite de Utilização da UG:			
Paulo Alves Maia	025.032.498-37		249,30	1.123,13	1.372,43
Paulo Henrique Pinto	141.473.578-22		85,60		85,60
Total utilizado pela UG			670,00	1.123,13	1.458,03

Código da UG3:264006

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Marcos Fraga	290.754.591-49			446,15	446,15
Total utilizado pela UG					

Código da UG4:264008

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Daniel Martins da Silva Junior	326.404.981-34			657,27	657,27
Total utilizado pela UG				657,27	657,27

Código da UG5:264009

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Maria Angela Pizzani Cruz	376.855.977-72			90,00	90,00
Gilcemar Antonio Pereira	845.101.887-49			117,55	117,55
Total utilizado pela UG				207,55	207,55

Código da UG7:264013

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Eliseu Batista Filho	496.412.980-20			155,40	155,40
Total utilizado pela UG				155,40	155,40

Total utilizado pela UJ				
-------------------------	--	--	--	--

Fonte:

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)					Valores em R\$ 1,00
264001					
Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011		200,00			200,00
2010		0,0		395,79	395,79
2009		400,00		997,32	1.397,32
Fonte:					

264003

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	4	334,90	6	1.123,13	1.458,03
2010		0,0		380,70	380,70
2009		0,0		0,0	0,0

264004

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011					
2010		0,0		0,0	0,0
2009		30,00		528,28	528,28

264006

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011			4	446,15	446,15
2010		0,0		419,00	419,00
2009		0,0		343,42	343,42

264008

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011			2	657,27	657,27
2010		0,0		556,94	556,94
2009		0,0		88,86	88,86

264009

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011			4	207,55	207,55
2010		0,0		420,03	120,03
2009		0,0		318,09	318,09

264013

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011			3	155,40	155,40
2010		180,00		407,84	587,84
2009		300,00		260,81	560,81

14. PARTE A, ITEM 14, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108

14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

Não houve registro de Renúncias Tributárias no exercício de 2011.

15. PARTE A, ITEM 15, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108

15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.15.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 017.804/2011-6	5422/2011 TCU 1ª Câmara	1.6.1.1 e 1.6.1.2	Representação	Ofício nº 1727/2011-TCU/SECEX/SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
Cumprir o disposto na Nota Técnica nº 253/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP Regularizar a situação funcional do servidor nomeado por meio da Portaria 81/2011.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
A Portaria nº 90/2011 retificou a Portaria nº 81/2011, em conformidade com a Nota Técnica nº 253/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP					
Síntese dos resultados obtidos					
Determinações cumpridas					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.2 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 019.518/2011-0	2375/2011 TCU Plenário	1.6.1.1 e 1.6.1.2	Representação	Ofício nº 1706/2011/TCU/SECEX/SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
Restrinja o uso de veículos oficiais as necessidades de trabalho. Mantenha atualizados os controles individuais de utilização de viaturas pertencentes a Fundação, orientando os respectivos condutores para que procedam registros pormenorizados do objeto do serviço efetuado.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
A Fundacentro sempre usa os veículos oficiais exclusivamente para os interesses da instituição. A Procuradoria Federal faz uso do veículo oficial em cumprimento as demandas constantes do afastamento da Sede. Temos como base a IN MARE 009/1994 e Norma Interna que regulamente o controle de uso e manutenção de veículos da frota. As informações foram prestadas ao TCU, em 18 de novembro de 2011, conforme ofício nº 168/PRES.					
Síntese dos resultados obtidos					
Processo arquivado no TCU em 23.11.2011					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.3 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	TC 029.275/2011-3	2375/2011 TCU Plenário	Informações sobre as medidas adotadas para o cumprimento das determinações contidas nos sub itens 1.6.1.1 e 1.6.1.2 Acórdão 2375/2001	Monitoramento	Ofício nº 2570/2011 TCU/SECEX/SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
Informações sobre as medidas adotadas sobre o uso de veículo oficial.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
Denúncia improcedente, pois a Fundacentro mantém o controle de utilização de veículos atualizado diariamente, com acesso a todos dos servidores em atenção ao princípio da transparência pública.					
Síntese dos resultados obtidos					
Recomendação atendida					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

A.15.4 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	TC 012.989/2011-8	1626/2011 TCU Plenário	1, 2 e 3	Informações/ Esclarecimentos	Ofício nº 1477/2011- TCU/SECEX/SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
Informar sobre a existência de boletim interno para publicação de atos de nomeação e administrativos; Nome do chefe do setor de comunicação social e substituto; cópia das Portarias de nomeação e publicação do ato; Informar se os atos de nomeação para exercício de cargo de chefe e chefe-substituto da Comunicação Social forma publicados no DOU ou Boletim Interno da Fundacentro.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
Foi informado que a Fundacentro pública seus atos administrativos e de nomeação em Boletim Interno e na Internet/Extranet para acesso de todos, bem como encaminhado cópias das publicações no DOU e no Boletim Interno.					
Síntese dos resultados obtidos					
Recomendação atendida					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

A.15.5 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	TC 029.049/2011-3	9983/2011 TCU 2ª Câmara		Representação	Ofício nº 2560/2011-TCU/SECEX/SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
O Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal de São Paulo – SINDSEF/SP entrou com pedido de representação junto ao TCU referente a concessão de licença prêmio de servidor da Fundacentro. O TCU, por unanimidade, não reconheceu da presente representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235, caput e 237 do RI/TCU					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
Foi encaminhado ao Ministério do Trabalho e Emprego questionamento sobre a legalidade concessão da licença prêmio à servidora (ofício nº 120/PRES/2011), em virtude de penalidade administrativa de suspensão. Em 24 de agosto de 2011, o Ministério do Trabalho e Emprego se manifestou nos termos do ofício sem número, datado de 24 de agosto de 2011, que não havia impedimento para a concessão da licença prêmio à servidora.					
Síntese dos resultados obtidos					
Após consulta ao MTE, a licença prêmio foi concedida à servidora por meio da Portaria nº 186/2011, sendo assim, a recomendação foi atendida.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.6– Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	TC 012.878/2011-2	Não houve		Inspeção Conformidade Ficalis 1135/2010	Ofício de Requisição nº 02/2010- TCU Portaria nº 2393/2010
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
Em 30 de novembro de 2010 o TCU solicitou que a Fundacentro informasse qual a situação atual do contrato que substituiu o Contrato Emergencial nº 004/2009 firmado com a empresa O. O. Lima, bem como o nome da empresa vencedora do processo nº 727/2009 (Pregão eletrônico nº 002/2010) Em seguida, o Ministério Público Federal solicitou cópias das análises feitas pelos órgãos de controle, TCU e CGU, referentes ao Pregão eletrônico em questão. (ofício GABBPR14-IVPS/SP de 03 de março de 2011)					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
Foi respondido ao TCU os questionamentos por meio do ofício 108/PRES/2010. Não sendo mais questionado a Fundacentro sobre o tema. Situação do Processo: Arquivado na Unidade Quanto ao Ministério Público, atendemos sua solicitação disponibilizando as cópias e esclarecimentos solicitados por meio do ofício nº 39/2011/PRES					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendida as solicitações					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.7 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	TC 032.202/2010-5	5534/2011 TCU 1ª Câmara	1.5.1.1 e 1.5.1.2	Determinação Recomendação	Ofício nº 1939/2011- TCU/SECEX/SP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
Prazo de 90 dias para identificar o número de trabalhadores terceirizados que se enquadrem em alguma situação irregular; Prazo de 180 dias, contados a partir do cumprimento da medida descrita no subitem anterior, remeta ao TCU plano detalhado para substituição de terceirizados.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
Foi elaborado ofício 137/2011/PRES, remetido ao TCU com pedido de reexame do acórdão em questão, conforme exposição de motivos no documento.					
Síntese dos resultados obtidos					
Aguardando o reexame do TCU					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.8– Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	TC 020.828/2008-8	2598/2011 TCU 2ª Câmara	9.1	Decisão	Ofício controle nº 30672-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
Pensão civil: Considerar legal o ato de concessão inicial de pensão civil em favor de Dorotea de Paula Hatem; dar ciência desta decisão ao interessado e arquivar os presentes autos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
Além da decisão prolatada no referido acórdão, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região expediu a Decisão 11284 de 22 de junho 2011 que determina o imediato restabelecimento da pensão e ainda a integração do INSS na lide como <i>litisconsorte passivo</i>. O processo administrativo interno nº 1022/2000 encontra-se instruído com as determinações do TCU, bem como a do TRF 3ª. Sendo assim, a instituição cumpriu as determinações.					
Síntese dos resultados obtidos					
Atendido					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.9 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	TC 009.421/2010-6	1114/2011 2ª Câmara	1.6.1	Monitoramento	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
A Fundacentro para que consigne no relatório de gestão do próximo exercício, as informações relativas ao cumprimento do acórdão 5524/2010 TCU 2ª Câmara					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
Processo SINDBAST: Instaurada Tomada de Contas Especial, conforme Portaria nº 146/2010 – processo 595/2010. Foi finalizada em 17 de maio de 2011 e encaminhada a Controladoria Regional da União no Estado de São Paulo, no mesmo exercício.					
Síntese dos resultados obtidos					
Convênio parcialmente cumprido, sem acordo da devolução dos recursos indevidamente aplicados, com registro de inadimplência no SIAFI, bem como registro em responsáveis diversos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.10 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	TC 009.421/2010-6	1114/2011 2ª Câmara	1.6.1	Monitoramento	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
A Fundacentro para que consigne no relatório de gestão do próximo exercício, as informações relativas ao cumprimento do acórdão 5524/2010 TCU 2ª Câmara					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
Tomada de Contas Especiais concluída, referentes aos Convênios firmados com a Fundação Antonio Carlos – FUPAC concluídas com os devidos ressarcimentos ao erário no exercício de 2007.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise da prestação de contas com restituição aos cofres da União dos valores vedados e dando a destinação legal aos bens remanescentes dos referidos convênios.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.11– Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício						
Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:					Código SIORG	
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221	
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
11	TC 009.421/2010-6	1114/2011 2ª Câmara	1.6.1	Monitoramento		
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG	
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221	
Descrição da Deliberação:						
A Fundacentro para que consigne no relatório de gestão do próximo exercício, as informações relativas ao cumprimento do acórdão 5524/2010 TCU 2ª Câmara						
Providências Adotadas						
Setor responsável pela implementação					Código SIORG	
Presidência						
Síntese da providência adotada:						
Processos nº 502/2000 e 1638/2001 – Foi instaurado Processo Administrativo Disciplinar através da Portaria nº 193/2010 (Processo nº 391/2011). A Comissão designada efetuou a apuração, e ao final reconheceu a inocência dos servidores envolvidos (07/02/2011). O Presidente aprovou o relatório e determinou, após ciência dos interessados, o arquivamento do Processo Administrativo Disciplinar no setor de Recursos Humanos da Fundacentro.						
Síntese dos resultados obtidos						
A inexistência de evidências de prática de infringência do inciso I e II, art. 116 da Lei nº 8112/1990, dos servidores arrolados no PAD.						
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor						

Quadro A.15.12 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	TC 009.421/2010-6	1114/2011 2ª Câmara	1.6.1	Monitoramento	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
A Fundacentro para que consigne no relatório de gestão do próximo exercício, as informações relativas ao cumprimento do acórdão 5524/2010 TCU 2ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Síntese da providência adotada:					
Processo nº 948/2005 (ref. Ao contrato celebrado com a empresa Nikkey Travel Service). Entendemos que foi atendida a recomendação contida no Acórdão inicial nº 898/2004. Vale lembrar que o acórdão não determinou a abertura de TCE, mas apenas, caso a FUNDACENTRO entendesse necessário. Vejamos. “9.4. determinar à Fundacentro que: 9.4.2. apure, no Contrato 017/2000 firmando com a Nikkey Travel Service Turismo Ltda, o montante referente às diferenças entre os descontos praticados pela empresa e os 7,25% de desconto que deveriam ser aplicados linearmente nos preços de todas as passagens aéreas, admitida a compensação entre descontos inferiores e superiores aos contratados e, caso verifique que o montante dos descontos praticados pela Nikkkey for inferior ao previsto no contrato, adote as providências cabíveis ao seu ressarcimento, <u>instaurando, se necessário, a devida tomada de contas especial;</u>” A Fundacentro não instautou a TCE, tendo em vista que o dano, causado por pessoa estranha ao serviço público foi devidamente mensurado, como ja esclarecido a esse Controle. (oficio nº 57/2010/AGU/PGF/FUNDACENTRO de 11 de agosto de 2010). No entanto, para esclarecer definitivamente a questão, estamos elaborando outra exposição de motivos que será encaminhado ao TCU justificando mais uma vez os motivos pela não instauração da TCE.					

Vale ressaltar que está em trâmite na 99ª Vara de Execução, ação de execução fiscal n.º2007.61.82.035712-8, ajuizada pela Procuradoria Federal, demonstrando que a Instituição não está inerte.
Síntese dos resultados obtidos
Está sendo cobrado, judicialmente, o ressarcimento ao erário. No entanto, estamos elaborando justificativa pela não instauração da TCE.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.2.1 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 009.421/2010-6	1114/2011 2ª Câmara	1.6.1	Monitoramento	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
A Fundacentro para que consigne no relatório de gestão do próximo exercício, as informações relativas ao cumprimento do acórdão 5524/2010 TCU 2ª Câmara					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Processo 1404/1998 – Instituto Nacional de Saúde do Trabalho - INST – convênio. INST: O falecimento do indicado para a presidir a Comissão de TCE, o Auditor-Fiscal do Trabalho no estado da Paraíba, Sr. Rijose Madruga Freire, ocasionou a interrupção dos trabalhos iniciais.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A Fundacentro esta buscando junto a Corregedoria do Ministério do Trabalho e Emprego, servidores para a realização da TCE.					

Quadro A.15.2.2 – Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	TC 009.421/2010-6	1114/2011 2ª Câmara	1.6.1	Monitoramento	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO					221
Descrição da Deliberação:					
A Fundacentro para que consigne no relatório de gestão do próximo exercício, as informações relativas ao cumprimento do acórdão 5524/2010 TCU 2ª Câmara					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Presidência					
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Item 9.5.1 – Processo 086/2002 – CP Comunicações-contratos. A Tomada de Contas Especial referente ao convênio firmado entre a Fundacentro e a CP Comunicações, foi re-instaurada pela Fundacentro, após manifestação da CGU (Despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 256586/2011). A Tomada de Contas Especial foi re-instaurado por meio da Portaria nº 121 de 21 de junho de 2011. A Comissão seguiu com os trabalhos, finalizando em março do corrente ano, no entanto houve recursos das partes e encontra-se na fase final do rito. A TCE será encaminhada a Controladoria Geral da União em obediência a Instrução Normativa TCU nº 56/2007 e demais legislações que tratam da matéria.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
A escassez de servidor ativo com a qualificação para desempenhar as atribuições de uma Tomada de Contas Especial.					

15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3.1 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 1570/2011	2 – Ocorrências	Ofício nº 18464/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.2. Ausência de recursos orçamentários para efetivação das contratações Nº OS: 20100359 - Nº Constatação: 002 – Nº Recomendação: 001 Implementar mecanismos de controle que garantam o cumprimento da legislação referente à execução orçamentária e a contratações da administração pública			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência			
Síntese da providência adotada:			
A Fundacentro informou o problema de fluxo orçamentário pelo qual tem passado nos últimos anos, inclusive apresentou planilha demonstrativa de crédito autorizado para custeio suplementar entre 2002 a 2010.			
Síntese dos resultados obtidos			
A CGU, após informações prestadas, aceitou as justificativas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro A.15.3.2 – Relatório de cumprimento das recomendações do OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Nota Técnica nº 1570/2011	2 – Ocorrências	Ofício nº 18464/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.3. Pagamento de serviços contratados sem confirmação de sua execução pelo fiscal do contrato Nº OS: 201000359 - Nº Constatação: 005 – Nº Recomendação: 001 Recomendamos à Fundacentro que adote as medidas necessárias, previstas em seu regimento interno, para que se façam cumprir as determinações contidas nas Portarias (Fundacentro) nº 063/2010 e nº 095/2010, quanto as atribuições dos fiscais dos contratos... Nº OS: 201000359 - Nº Constatação: 005 – Nº Recomendação: 002 Implantar mecanismos de controle com vistas a condicionar o pagamento de serviços à existência de autorização dos fiscais do contrato responsáveis pela conferência da execução desses serviços.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência			
Síntese da providência adotada:			
Em ambas as recomendações, a Fundacentro apresentou a CGU alterações nos procedimentos relacionados ao recebimento dos documentos de faturas e atestados dos serviços realizados.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendações atendidas			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro A.15.3.3- Relatório de cumprimento das recomendações do OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Nota Técnica nº 1570/2011	2 – Ocorrências	Ofício nº 18464/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.4. Contratação de pessoal terceirizado em descumprimento ao Decreto nº 2.271/1997 Nº OS: 201000359 - Nº Constatação: 003 – Nº Recomendação: 001 Recomendamos à Fundacentro o cumprimento da determinação do TCU contida no Acórdão nº 346/2009 – 2ª Câmara Nº OS: 201000359 - Nº Constatação: 005 – Nº Recomendação: 004 Implantar mecanismos de controle que garantam o cumprimento da legislação referente a contratações de pessoal terceirizado na administração pública.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência			
Síntese da providência adotada:			
Em ambas as recomendações, a Fundacentro demonstrou a CGU os esforços perante os órgãos de competentes com vistas à recomposição de seu quadro de pessoal.			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendações atendidas.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

A.15.3.4 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Nota Técnica nº 2479/2011	2 – Ocorrências	Ofício nº 28644/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.2. Efeitos Administrativos possivelmente aplicados além de decisões judiciais, no caso de instituidor de pensão com mais de um vínculo e de servidora que recebe adicional de insalubridade Nº OS: 244509 - Nº Constatação: 050 – Nº Recomendação: 001 Solicitar à Procuradoria Jurídica da Unidade orientação quanto aos efeitos administrativos decorrentes da situação atual do Mandado de Segurança 2008.61.00.021051-1.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Procuradoria Federal junto à Fundacentro			
Síntese da providência adotada:			
A sentença do mandado de segurança declarou nulo o ato administrativo que considerou inconstitucional o recebimento de duas pensões pela servidora, considerando regular a percepção de duas pensões, e ainda, o retorno dos autos à Vara de origem para que o INSS integre a lide como litisconsorte passivo.			
Síntese dos resultados obtidos			
A CGU, após informações prestadas, considerou a recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

A.15.3.5 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Nota Técnica nº 1784/2011	2 – Ocorrências	Ofício nº 18464/2011/CGU- SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.2. Falta de planejamento adequado ocasionando contratação emergencial Nº OS: 244509 - Nº Constatação: 039 – Nº Recomendação: 001 Recomendamos que a Fundacentro planeje tempestivamente suas aquisições de forma que se evite alteração de objeto que está sendo licitado e que, com isso, possa provocar situação emergencial que determine a aquisição de serviços de modo direto.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência			
Síntese da providência adotada:			
A Fundacentro se justificou no sentido de deixar claro que as contratações emergenciais não são frequentes. Assim, manteve a posição de que não houve alteração do objeto que estava sendo licitado, mas sim entendimento da Administração, que optou por unificar, a nível nacional, as contratações de limpeza, apoio e vigilância.			
Síntese dos resultados obtidos			
A CGU, após informações prestadas, considerou a recusa aceita.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

A.15.3.6 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Nota Técnica nº 1784/2011	2 – Ocorrências	Ofício nº 18464/2011/CGU- SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.3. Pagamento a maior de despesas de exercícios anteriores – GDACT à servidora SIAPE 1480051 Nº OS: 244509 - Nº Constatação: 043 – Nº Recomendação: 001 Revisar e confirmar os cálculos do pagamento a maior realizado à servidora do retroativo da progressão funcional referente à GDACT no montante apurado de R\$ 486,99.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos			
Síntese da providência adotada:			
Foi efetuado o desconto no contracheque da servidora no valor de R\$ 486,99 (quatrocentos e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos).			
Síntese dos resultados obtidos			
Recomendação atendida, visto que o ressarcimento foi realizado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

A.15.3.7 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Nota Técnica nº 1784/2011	2 – Ocorrências	Ofício nº 18464/2011/CGU- SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.4. Fragilidade no controle de concessão e pagamento de auxílio-transporte a servidores que utilizam transportes seletivos ou especiais Nº OS: 244509 - Nº Constatação: 048 – Nº Recomendação: 005 Manter, para todos os servidores que utilizam vale transporte, comprovante de residência válido e atualizado no prontuário, certificando-se que o meio de transporte utilizado pelo servidor é o menos custoso aos cofres públicos. (Arts. 5º e 6º da Orientação Normativa SRH/MPOG nº 3/2006)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Coordenação de Recursos Humanos- Serviço de Apoio Social e Benefícios			
Síntese da providência adotada:			
A Fundacentro realizou alterações no formulário de Declaração de Uso de Transporte, incluindo campo destinado à aprovação.			
Síntese dos resultados obtidos			
O formulário de Declaração de Uso de Transporte foi alterado, conforme recomendado. Recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

A.15.3.8 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Nota Técnica nº 1784/2011	2 – Ocorrências	Ofício nº 18464/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.5. Contratação de mão-de-obra terceirizada em desacordo com o normativo que estrutura o Plano de Carreiras da Fundacentro Nº OS: 244509 - Nº Constatação: 042 – Nº Recomendação: 001 Recomendamos a Fundacentro o cumprimento da determinação nº 1.5.1.8 do Acórdão nº 346/2009 – TCU 2ª Câmara que determina o seguinte “<i>abstenha-se de contratar mão-de-obra indireta para desempenho de atividades da área de competência legal da entidade...</i>”			
Providências Adotadas			
Sector responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência			
Síntese da providência adotada:			
A Fundacentro apresentou a Controladoria Geral da União os esforços perante aos órgãos competentes com vistas à recomposição de seu quadro de pessoal. Apresentou ainda o cronograma de substituição acordado no Termo de Conciliação Judicial (ação civil pública nº 00810-2006-017-10-007) e constatou que o compromisso de substituição não foi cumprido em sua totalidade. Por fim, trouxe a discussão o Decreto Presidencial nº 7446 de 1º de março de 2011 que impossibilita a Fundacentro de prescindir do seu quadro de terceirização, pois impediu a nomeação dos aprovados no concurso. Recentemente, a Portaria nº 67, de 8 de março de 2012 do MPOG, autorizou a nomeação dos 46 aprovados no último concurso público realizado pela Fundacentro.			
Síntese dos resultados obtidos			
A CGU considerou a recomendação atendida, uma que vez que a Fundacentro deu ciência aos órgãos competentes da necessidade da recomposição de seu quadro de pessoal. Resultado desse esforço, é a autorização para nomeação dos 46 aprovados.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

15.4 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.15.4.1 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica nº 2479/2011	2 – Ocorrências	Ofício nº 28644/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.1. Contratação indevida por inexigibilidade na prestação de serviço para projeto de montagem e apresentação de espetáculos. Ausência de Composição de custos e planilha de preços. Co-produtora não prevista em contrato Nº OS: 244509 - Nº Constatação: 038 – Nº Recomendação: 001 Recomendamos a Auditoria Interna da Fundacentro proceda à Avaliação detalhada do valor despendido neste serviço, considerando tanto as atividades que justificaram a compra por inexigibilidade, como os serviços que foram subcontratados, tendo em vista o risco identificado de sobrepreço.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Em verdade, não se trata de “recomendação pendente de atendimento”. A Fundacentro se manifestou nos termos do ofício nº 065/2011/PRES e por meio do ofício 162/2011/PRES foi apresentada a avaliação contábil da contratada (planilha elaborada pela Auditoria Interna da Fundacentro) e acatada pela CGU. A Nota Técnica nº 584/2012/CGUSP/CGU/SP de 16.03.2012 posiciona como recomendação atendida.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro A.15.4.2 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Nota Técnica nº 2480/2011	2 – Ocorrências	Ofício nº 28644/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.1. Inclusão indevida de cláusula em edital de licitação, desvirtuando o objeto contratado. Nº OS: 201000359 - Nº Constatação: 004 – Nº Recomendação: 001 Elaborar termo aditivo com vistas à exclusão da Cláusula Sexta “Dos Eventos Socioculturais” nos contratos nºs 008 e 009/2010 com a empresa O. O. Lima e Dinâmica.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
A Fundacentro se manifestou nos termos do ofício nº 162/2011/PRES, cujo posicionamento da CGU foi expedido em 2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

Quadro A.15.4.3 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Nota Técnica nº 2480/2011	2 – Ocorrências	Ofício nº 28644/2011/CGU-SP/CGU-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO			221
Descrição da Recomendação:			
2.1.1.1. Inclusão indevida de cláusula em edital de licitação, desvirtuando o objeto contratado. Nº OS: 201000359 - Nº Constatação: 004 – Nº Recomendação: 002 Realizar prestação de contas dos valores já disponibilizados pelas empresas a título de eventos socioculturais, com vistas a dar encerramento a essa prática no âmbito da Fundacentro.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Presidência			
Justificativa para o seu não cumprimento:			
Por meio do ofício nº 122/2011/PRES, a Fundacentro apresentou os documentos solicitados. E reencaminhou por meio do ofício nº 162/2011/PRES de 29 de outubro de 2011, cujo posicionamento da CGU foi expedido em 2012.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			

16. PARTE A, ITEM 16, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108

16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº 03A/2011e Relatório de Auditoria Interna Complementar nº11/2011
Data do Relatório de Auditoria	Maio e Outubro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Itens:5.3;5.4 Recomendações:01;02;03
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria Interna nº 03A/2011e Relatório de Auditoria Interna Complementar nº11/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	Atendidas todas as recomendações da CGU/SP sobre a legalidade contratual.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência	
Síntese das providências adotadas	
Atendidas todas as recomendações do CGU	
Síntese dos resultados obtidos	
Atendidas todas as recomendações	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório Preliminar de Auditoria Interna nº 05/2011 e Relatório de Auditoria Interna nº 010/2011 Solicitações de Auditorias
Data do Relatório de Auditoria	14 de junho de 2011 e 26 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	Item: 5.2; Recomendação: 01; Item: 5.3
Comunicação Expedida/Data	Relatório Preliminar de Auditoria Interna nº 05/2011 e Relatório de Auditoria Interna nº 010/2011 Solicitações de Auditorias/ 14.06.11 e 26.09.11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração de Finanças
Descrição da Recomendação	Que a Contabilidade exerça suas atribuições regimentais e legais; Recomendação atendida conforme documentos juntados ao Processo/449/2007, fls. 987 e 997. Informações encaminhadas pela COF em 29/07/2011, referentes ao planejamento anual do SRI.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria de Administração de Finanças/ Coordenação de Orçamento e Finanças/ Serviço de Contabilidade.	
Síntese das providências adotadas: Item: 5.2 - O relatório preliminar foi enviado à área de Contabilidade para atendimento as recomendação, exercendo assim suas atribuições regimentais e legais.	
Item 5.3 – O relatório foi enviado ao Sr. Fiscal do Contrato, a fim de que este adote para a próxima contratação, seja feita especificação detalhada das quantidades, bem como um controle em relação as quantidades previstas e realizadas.	
Síntese dos resultados obtidos: Organização dos processos conforme recomendação expressa no item 5.2 e um acompanhamento mais eficiente, quanto ao quantitativo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Ressaltamos como ponto negativo a carência de servidores para uma melhor distribuição das atividades.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº07/2011
Data do Relatório de Auditoria	27 de julho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Item: 5.1; 5.2; 5.3; 5.4
Comunicação Expedida/Data	Relatório de Auditoria Interna nº07/2011 – 27.07.11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Coordenação de Administração.
Descrição da Recomendação	Que o gestor de contrato acompanhe a execução do mesmo; Que a Diretoria de Administração e Finanças oriente suas áreas subordinadas para que nas próximas licitações elabore os detalhamentos dos serviços/produtos a serem produzidos; Que se economizem papéis na construção do processo.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Coordenação de Administração/ Serviço de Atividades Auxiliares.	
Síntese das providências adotadas	
Recomendação atendida. A recomendação da AI foi enviada as áreas envolvidas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Comunicações Internas da Auditoria Interna nºs 048 a 054/2011 e Relatório de Auditoria Interna nº013/2011
Data do Relatório de Auditoria	CI's: 20 de julho de 2011 e Relatório: 21 de novembro de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Recomendações: 01 e 04
Comunicação Expedida/Data	Comunicações Internas da Auditoria Interna nºs 048 a 054/2011 e Relatório de Auditoria Interna nº013/2011- 20. 07.11 e 21.11.11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	Análise mais apuradas pela autoridade/proponente das PCDP antes da autorização. Baixa de 06 prestações de contas de diárias.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência	
Síntese das providências adotadas : A orientação foi recomendada ao aprovadores. Encontra-se em fase final o levantamento para regularização das pendências.	
Síntese dos resultados obtidos: Menos inconsistências nas SCDPs	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Análise de Auditoria Interna nº01/2011
Data do Relatório de Auditoria	05 de maio de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Parágrafos: 32; 33; 34; 35 e 36
Comunicação Expedida/Data	Análise de Auditoria Interna nº01/2011 – 05.05.11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	A pedido do Presidente a Auditoria fez uma prévia análise dos atos da comissão anterior apontando vícios que comprometeriam sanções administrativas; Documentos comprometidos fisicamente; Solicitou orientação do controle externo para providências legais.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência	
Síntese das providências adotadas	
A Tomada de Contas Especial referente ao convênio firmado entre a Fundacentro e a CP Comunicações, foi re-instaurada pela Fundacentro, após manifestação da CGU (Despacho DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 256586/2011). A Tomada de Contas Especial foi re-instaurado por meio da Portaria nº 121 de 21 de junho de 2011. A Comissão seguiu com os trabalhos, finalizando em março do corrente ano. A TCE será encaminhada a Controladoria Geral da União em obediência a Instrução Normativa TCU nº 56/2007 e demais legislações que tratam da matéria.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Análise de Auditoria Interna nº02/2011
Data do Relatório de Auditoria	14 de junho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Recomendações: 01; 03; 04
Comunicação Expedida/Data	Análise de Auditoria Interna nº02/2011 – 14.06.11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	Que a Contabilidade registre inadimplência do conveniente; Que seja enviado o processo original à Controladoria Geral da União, deixando cópia na Auditoria Interna.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência/ Serviço de Contabilidade	
Síntese das providências adotadas	
Registrado no SIASG bem como o registro de responsáveis diversos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Recomendação atendida	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Folha de Despacho
Data do Relatório de Auditoria	14 de junho de 2011
Item do Relatório de Auditoria	Página nº 300 do Processo nº 703/2009
Comunicação Expedida/Data	Folha de Despacho – 14.06.11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	Cumprir as recomendações da Comissão; Instauração de Processo Administrativo Disciplinar; A comissão deve rubricar todos os documentos do processo
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência	
Síntese das providências adotadas: Recomendação atendida. A página foi rubricada pela Comissão.	
Síntese dos resultados obtidos: Regularização da pendência.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de Auditoria Interna Pendentes de atendimento

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº01/2011
Item do Relatório de Auditoria	Parágrafos: 4; 5; 6; 7; 8
Comunicação Expedida	Relatório de Auditoria Interna nº01/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	Atuação da Comissão de Desfazimento de Material para solucionar as pendências; Comunicação entre os setores na movimentação de bens; Que a administração instrua a comissão e não haja nomeação de membros em gozo de férias; Reavaliação da administração sobre os procedimentos adotados; Que a administração reveja a possibilidade de reativar o setor de patrimônio.
Justificativas da unidade interna responsável: Organizaremos no decorrer deste exercício a área de patrimônio, a fim de organizar e solucionar as pendências patrimoniais.	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência/ Diretoria de Administração e Finanças e Serviço de Contabilidade / Serviço de Patrimônio	
Justificativas para o não atendimento: Carência de servidores para o desempenho desta atividade. A área de patrimônio atualmente conta com a colaboração de 02 (dois) terceirizados para o desempenho das tarefas.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Avaliação do Centro Estadual do Rio de Janeiro - CERJ nº03/2011
Item do Relatório de Auditoria	Item: 2.1; 2.1.1; 2.2; 2.3; 2.4; Parágrafos: 3; 4; 6; 7; 8; 8.1.2
Comunicação Expedida	Relatório de Avaliação do Centro Estadual do Rio de Janeiro – CERJ nº03/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	Regularização sobre problemas referentes aos bens patrimoniais, inclusive a não localização de alguns; Regularização sobre bens da Fundacentro em poder de terceiros sem a documentação apropriada; Pendências nas prestações de contas de diárias; Utilizar corretamente o formulário de requisição de veículo; Irregularidades na atuação da comissão de cadastro do SICAF; Cumprir os prazos dados pela Contabilidade e obedecer às orientações da Tesouraria e determinações legais sobre a L.4320/64; Que o presidente desse conhecimento à UD
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência e Centro Estadual do Rio de Janeiro	
Justificativas para o não atendimento	
2.1, 2.3 e 2.4 Conforme orientação da Procuradoria Jurídica, será realizado levantamento e constatação do patrimônio do CERJ, com base no que esta Administração determinará o que de direito. 2.2 Acerca da alegada cessão informal de 109 cadeiras de propriedade da FUNDACENTRO para o CONLESTE, na realidade não se trata de cessão, mas da execução do acordo de cooperação técnica existente entre as partes – processo 264001.000255/2011-14. 3. O senhor José Roberto Fernando Salles foi servidor comissionado junto à FUNDACENTRO, e foi exonerado sem prestar contas de seis viagens efetuadas. Até a presente data, a Administração já buscou contatá-lo para que este prestasse as contas, sem obter êxito. Foi iniciado procedimento administrativo com vistas a devolução das diárias e passagens pelo servidor – processo nº 264001.000223/2012-91.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº04/2011
Item do Relatório de Auditoria	Recomendações: 001; 003; 004
Comunicação Expedida	Relatório de Auditoria Interna nº04/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	Submeter á Procuradoria Jurídica da Fundacentro a regularidade e ou legalidade dos termos aditivos 001 e 002; Que seja nomeado gestor capacitado para acompanhamento do contrato e tenha conhecimento de todos os volumes do processo; Que a DAF repasse ao corpo administrativo o dever de cumprir as normas e procedimentos na composição de processos Adotarem medidas imediatas para sanar os pontos fracos na condução de processos administrativos e descentralização dos mesmos.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência / Diretoria de Administração e Finanças / e Coordenação Administração.	
Justificativas para o não atendimento: Carência de servidores para desempenho das atividades, acumulando o acompanhamento de diversos processos, mas a rotina diária de trabalho. Adotaremos as medidas necessárias para capacitação dos gestores.	

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório Preliminar de Auditoria Interna nº 05/2011 e Relatório de Auditoria Interna nº 10/2011 Solicitações de Auditorias
Data do Relatório de Auditoria	14 de junho de 2011 e 26 de setembro de 2011.
Item do Relatório de Auditoria	Item: 5.2; Recomendação: 01; Item: 5.3
Comunicação Expedida/Data	Relatório Preliminar de Auditoria Interna nº 05/2011 e Relatório de Auditoria Interna nº 10/2011 Solicitações de Auditorias/ 14.06.11 e 26.09.11
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração de Finanças
Descrição da Recomendação	Que a Contabilidade exerça suas atribuições regimentais e legais; Recomendação atendida conforme documentos juntados ao Processo/449/2007, fls. 987 e 997. Informações encaminhadas pela COF em 29/07/2011, referentes ao planejamento anual do SRI.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria de Administração de Finanças/ Coordenação de Orçamento e Finanças/ Serviço de Contabilidade.	
Síntese das providências adotadas: Item: 5.2 - O relatório preliminar foi enviado à área de Contabilidade para atendimento à recomendação, exercendo assim suas atribuições regimentais e legais.	
Item 5.3 – O relatório foi enviado ao Sr. Fiscal do Contrato, a fim de que este adote para a próxima contratação, seja feita especificação detalhada das quantidades, bem como um controle em relação às quantidades previstas e realizadas.	
Síntese dos resultados obtidos: Organização dos processos conforme recomendação expressa no item 5.2 e um acompanhamento mais eficiente, quanto ao quantitativo.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Ressaltamos como ponto negativo a carência de servidores para uma melhor distribuição das atividades.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Auditoria Interna nº08/2011
Item do Relatório de Auditoria	Itens: 5.4; 5.5; 5.6; 5.7; 5.8
Comunicação Expedida	Relatório de Auditoria Interna nº08/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração e Finanças/ Coordenação de Administração
Descrição da Recomendação	Necessidade de utilização efetiva das normas e procedimentos para esse contrato; Que o gestor acompanhe por meio de planilhas e relatórios o desempenho do consumo de combustível e quilometragem percorrida; Que a gestora do contrato apresente em 30 dias todos os termos exigidos na norma; Que a Contabilidade analise o todo do processo não apenas a formalidade.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria de Administração e Finanças/Coordenação de Administração/ Serviço de Atividades Auxiliares	
Justificativas para o não atendimento: As recomendações da AI foram encaminhadas as áreas responsáveis pelo o acompanhamento e conferência. Em fase final de implementação.	

Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação
atendimento no final do exercício de referência
Presidência/ Centro Regional da Bahia
Justificativas para o não atendimento
2.1 Em atenção à recomendação da auditoria, foi feito o levantamento e classificação de todos os bens, os quais serão enviados ao CTN para início do processo de desfazimento. 2.2 Quanto à falta de manutenção dos veículos da frota, isto não se deve à “burocracia administrativa”, como aduzido pela Auditora, mas sim à decisão administrativa de desfazer-se da frota e locar veículos conforme sua necessidade, estando em curso os procedimentos necessários para tanto. 2.3 Relativamente à recomendação de criação de vagas para estágio em informática, em face da carência de pessoal na área, que conta com apenas um posto de trabalho terceirizado, deixo de atender por não ser adequada à própria natureza do estágio. Estágio é uma oportunidade que se dá ao aprendizado e à qualificação. Visa ao interesse do estagiário, e não da Administração, que não pode dele se utilizar para substituir mão de obra. De todo modo, entendo que a quantidade de postos de trabalho atualmente existente encontra-se adequada às necessidades da Administração, razão pela qual deixo de receber a sugestão da Auditoria. 2.4 Quanto à manutenção do imóvel onde se localiza o CRBA, em atenção à recomendação

da Auditoria, será efetuada conforme ordem de prioridade, estabelecida observando-se a necessidade e a possibilidade financeira da FUNDACENTRO. Atualmente, encontra-se em curso as providências prévias à reforma, quais sejam: cotação de preços, levantamento de necessidades, para contratação do projeto básico para realização da obra.

3. Com relação à questão das diárias e passagens, ninguém se exime de cumprir a norma alegando seu desconhecimento. Assim, tendo sido dada publicidade às portarias reguladoras de matéria, e estando elas disponíveis para leitura na intranet, inócuo seria recomendar aos servidores uma nova leitura, haja vista a impossibilidade de se exigir o cumprimento de tanto.

O que se pode fazer, e tem sido feito, é fiscalizar-se o cumprimento de todas as regras por todos os envolvidos.

Assim, entendo ter sido atendida a recomendação.

4. Quanto à recomendação de atenção dos servidores ao controle de materiais, com vistas a que os responsáveis possam dar início aos processos de compra oportunamente, foi devidamente transmitida aos responsáveis.

5. Com relação à designação do servidor Daniel Martins da Silva como fiscal do contrato de reprografia, ao invés do servidor Luiz Fernando de Sena, tendo em vista que, na visita efetuada pela Auditoria na Regional era aquele que desempenhava a função, já foi atendida, conforme se verifica da Portaria 160/2009, mencionada pela Auditora, que designa o servidor Luiz Fernando fiscal substituto.

9. Com relação ao item 9, entende a Auditora que se em prévia cotação de preços se verificar que o preço praticado no mercado para o item que se pretende adquirir varia de valores inferiores ao limite legal que permite a dispensa de licitação e valores superiores a esse limite, a compra deveria ser licitada, e não feita por dispensa.

Discordo desse entendimento entretanto.

O art. 24, II, da Lei 8666/1993 dispõe:

“Art. 24. É dispensável a licitação: [Vide Lei nº 12.188, de 2.010 Vigência](#)

II - **para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite** previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos **nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;** [\[Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998\]](#)”

Ou seja, nos termos da lei, o que importa é o valor do contrato. Se o valor do bem for inferior a oito mil reais, é dispensável a licitação. Não há menção alguma ao fato de existir outro vendedor que venda o produto por preço superior: se o vendedor contratado praticar preço inferior a oito mil reais, presentes estão os requisitos para a compra direta, por dispensa de licitação.

Importante notar que a dispensa de licitação nesse caso tem por fim o princípio da

economicidade, que seria desatendido caso se pretendesse licitar apenas por haver fornecedores que praticam preço **superior**. O interesse público no caso é o de obter o menor preço, e este vem sendo atendido perfeitamente com a aquisição direta do bem junto ao fornecedor que pratica o menor preço.

Dessa forma, deixo de atender a recomendação em questão, por contrária à lei e aos princípios administrativos. Caso se constate a existência de compra sem licitação, com base nesse dispositivo legal, de bem cujo valor seja superior a oito mil reais, aí sim estar-se-á diante de irregularidade que deverá ser objeto de controle. No caso em exame, não há providência a ser adotada.

9 - 117. Com relação à recomendação expressa no item 117, deixo de atender também pois o terceirizado em serviço junto à FUNDACENTRO representa o seu posto de trabalho nesta Instituição, e não o seu empregador, não havendo razão ou fundamento legal para que se exija a colocação do nome do seu empregador nas atividades desenvolvidas junto à FUNDACENTRO.

Note-se que o fiscal do contrato tem o controle de qual de seus postos de trabalho pertence ao quadro de empregados de qual empresa contratada, controle este que pode ser acessado pela Administração caso necessário.

9 - 118. Acerca do contrato de telefonia atualmente existente, trata-se de prorrogação do contrato anteriormente firmado com a Telemar, por inexigibilidade de licitação, tendo em vista que na época era fornecedora exclusiva do serviço. Atualmente a competição é viável, dada a existência de outros fornecedores do serviço, de forma que a FUNDACENTRO iniciou procedimento para contratação do serviço na forma legal. Inicialmente tentou aderir à ata de registro de preços de outro órgão, mas no curso mostrou-se impossível, haja vista o baixo consumo por parte da FUNDACENTRO. Atualmente está em curso pesquisa de preços de mercado, bem como levantamento de preços registrados para o serviço por outros órgãos da Administração Pública.

9 - 119. A contratação do serviço de correio foi feita por inexigibilidade de licitação, dada a inviabilidade de competição, por se tratar de fornecedor exclusivo, não havendo que se falar em irregularidade.

10. Quanto as elucubrações constantes do item 10, parágrafos 126, 127, e novamente nos parágrafos 131 e 132, acerca de “repartir o pão”, “decidir a partilha”, etc, entendo que houve equívoco por parte da Auditora. Na realidade, quando se trata de diárias e passagens, não se tem que ter em mente repartir o pão, mas sim, o interesse da Administração nos eventos para os quais se pretende diárias e passagens, e a possibilidade orçamentária e financeira da entidade. Se esse binômio resultar em que apenas um servidor viaje, não há nenhuma irregularidade, posto que a viagem não é um brinde ao servidor, um prêmio pelo bom comportamento, ou algo a ser compartilhado de forma igualitária entre todos, mas sim, um serviço externo, que deve ser determinado conforme juízo de conveniência e oportunidade da Administração Pública.

Quanto à cessão do servidor “*João da área financeira*” para a biblioteca (parágrafo 128 do item

10), havendo interesse, o pedido deverá ser formalizado pelo servidor junto à CRH, caso contrário, nenhuma providência há a ser adotada.

No parágrafo 130, a Auditora menciona a existência de equipamento danificado, mas não especifica qual seja ele. Conforme informação prestada pelo servidor Albertinho Barreto de Carvalho, trata-se do *“Espectrômetro de Massas, modelo SATURNO 2000, marca VARIAN, que compõe o patrimônio nº 12986. O dano ocorreu na bomba mecânica de vácuo, que é ligada ao espectrômetro, responsável pela realização do vácuo inicial para o funcionamento do sistema. A bomba apresentou vazamento de óleo e trancou o motor, parando de funcionar.”* Para manter o equipamento em funcionamento, a FUNDACENTRO pediu auxílio do Instituto de Química da UFBA, entidade parceira da FUNDACENTRO em alguns projetos, que cedeu bomba similar para uso enquanto se ultimam os procedimentos administrativos relativos ao conserto ou substituição da bomba de propriedade da FUNDACENTRO.

Por fim, com relação à terceirização, vem atendendo às necessidades da Administração, não havendo necessidade de redução ou ampliação da quantidade de postos de trabalho no momento. Saliento que a análise da relação entre a demanda prevista e a quantidade de postos de trabalho a ser contratada será feita quando da contratação do serviço, após a extinção do contrato existente, nos termos do art. 2º do Decreto 2271/1997.

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Relatório de Avaliação do Centro Estadual do Pará nº014/2011
Item do Relatório de Auditoria	Recomendações: 1.1; 1.2; 1.3; b.2; 4; 6; 8.1.1
Comunicação Expedida	Relatório de Avaliação do Centro Estadual do Pará nº014/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	Que a administração da Fundacentro defina a situação do administrativo/financeiro da unidade por não contemplar nenhum servidor de carreira; Que seja revisto o quantitativo de apoio operacional por não haver atribuição para todos, o mesmo para os estagiários; Uso de veículo oficial em viagem sem documentação obrigatória; Investidura no cargo da chefe da unidade; Problemas de uso ilegal no terreno da Fundacentro; Que reveja a permanência no prédio alugado de uso do Centro Estadual do Pará para que se cumpra a economicidade e oportunidade e comunique o proprietário formalmente sobre os sérios problemas com a eletricidade e hidráulica do prédio; Controlar o almoxarifado anotações de entrada e saída com relatório permanentes; Utilização da norma sobre Uso de veículos Oficiais; Que a unidade cumpra os prazos estabelecidos pela Contabilidade para deixar de receber “restrições” contábeis. Diversos problemas de ordem administrativas e legais nos processos por necessidade de pelo menos um servidor administrativo.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência/ Centro Estadual do Pará	
Justificativas para o não atendimento	
1.1 Com relação à recomendação de atribuir tarefas administrativas e financeiras do CEPA a servidores da carreira de gestão, é impossível seu atendimento, visto não haver servidores dessa carreira no CEPA. O problema da carência de servidores de carreira já é de conhecimento desse Órgão de Controle, bem como a atuação da FUNDACENTRO junto ao Ministério do Planejamento no sentido de criar novas vagas e prover as vagas existentes, como fruto do que recentemente foi publicada autorização para provimento de quarenta e seis vagas. De todo modo, não foi constatada nenhuma ilegalidade na forma como são atualmente atribuídas as diversas tarefas existentes no CEPA, razão pela qual entendemos não haver providências a adotar no momento. 1.2 A Administração, sempre que contrata a execução indireta de atividades, revê os quantitativos de postos de trabalho existentes, a fim de manter a relação entre a <i>demandada prevista e a quantidade de serviço a ser contratada</i>, nos termos do art. 2º do Decreto 2271/1997. Cabe informar que não há nenhuma contratação de terceirização em curso. 1.3 Com relação à recomendação de revisão do número de estagiários, visto não haver atribuição para todos, reputamos impertinente, visto que ao estagiário incumbe aprender, e não prestar serviços à Administração, o que é tarefa afeta aos servidores e, observados os limites legais e contratuais, aos terceirizados. Quanto à alegada falta de supervisão dos mesmos, será averiguada. 2. O desfazimento de bens inservíveis vem sendo feito conforme as possibilidades da	

unidade, que, conforme atestado pela Auditoria, carece de servidores de carreira para compor seus quadros.

2.a Contudo, em razão da inviabilidade econômica da manutenção de tais veículos no acervo patrimonial da FUNDACENTRO, os quais estão no limiar de sua condição de bens servíveis, conforme preceitua a alínea “c”, do Parágrafo Único, do artigo 3º, do Decreto 99.658, de 30 de outubro de 1990, a Administração optou por desfazer-se da frota e locar veículos conforme sua necessidade, estando em curso os procedimentos administrativos necessários para tanto.

Quanto ao licenciamento, não foi feito oportunamente pois, para tanto, faz-se necessário realizar inspeção ambiental do veículo, a qual não havia sido feita porquanto a FUNDACENTRO aguardava resposta ao pedido de isenção efetuado. Em face da denegação do pedido, em novembro de 2011, a FUNDACENTRO vai adotar as providências para regularizar a situação.

2-b A Diretoria de Administração e Finanças está levantando o problema da necessidade de manutenção elétrica do imóvel que sedia o CEPA, e submetendo a análise de técnicos a fim de aferir o responsável pela manutenção, se a FUNDACENTRO como locatária, ou se o locador, caso os reparos decorram de falha estrutural.

Concluída essa análise, serão adotadas as providências com vistas à contratar a manutenção necessária.

A Auditoria informa em seu relatório de gestão ter constatado a ocorrência de uma invasão no terreno de propriedade da FUNDACENTRO. A denúncia será verificada oportunamente.

Foi determinado à unidade que adote o sistema informatizado de uso dos veículos do CTN, para controle de uso da frota local, bem assim, que efetue controle de almoxarifado, com vistas a subsidiar as compras.

8. Acerca da constante troca de terceirizados, trata-se de fato que é impossível de se evitar, tendo em vista que não há na relação de terceirização, regada pelo Decreto 2271/1997, a pessoalidade que se tem nas relações de trabalho, exatamente por não se tratar de relação de trabalho, mas de prestação de serviço terceirizado.

Conforme aduzido, a FUNDACENTRO vem há anos envidando todos os esforços para obter junto ao Ministério do Planejamento a criação de mais vagas e o provimento das vagas existentes, e esse esforço vem gerando frutos, conforme se verifica da autorização para preenchimento adoção das providências com vistas à nomeação de quarenta e seis candidatos aprovados no último concurso realizado.

Assim, entendo que as providências cabíveis com vistas a solucionar tais questões vêm sendo adotadas.

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Análise de Auditoria Interna nº02/2011
Item do Relatório de Auditoria	Recomendação: 02
Comunicação Expedida	Análise de Auditoria Interna nº02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	Cadin por dano ao erário.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência / Coordenação de Orçamento e Finanças / Serviço de Contabilidade	
Justificativas para o não atendimento O processo foi encaminhado a CGU por meio do ofício 175/PRES/2011 em 16/12/2011 para providências e apuração do erário.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Análise de Auditoria Interna nº02/2011
Item do Relatório de Auditoria	Recomendação: 02
Comunicação Expedida	Análise de Auditoria Interna nº02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	Cadin por dano ao erário.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência / Coordenação de Orçamento e Finanças / Serviço de Contabilidade	
Justificativas para o não atendimento O processo foi encaminhado a CGU por meio do ofício 175/PRES/2011 em 16/12/2011 para providências e apuração do erário. RESPOSTA INCOMPATIVEL COM O RECOMENDADO	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	
Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Comunicação Interna – Auditoria Interna- AI nº044/2 011
Item do Relatório de Auditoria	Recomendações: 1 e 2
Comunicação Expedida	Comunicação Interna – Auditoria Interna- AI nº044/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	Que seja atendido o item 8 do relatório final, folhas nº275 e 276, da Comissão de Sindicância, e que a Administração providencie a elaboração, acompanhamento e execução das recomendações; Que a administração divulgue o procedimento correto para informar extraviou ou dano de patrimônio público; Não houve a responsabilização por parte da comissão com relação ao desaparecimento dos bens, conforme relatório final da Comissão de Sindicância, que o processo seja devolvido à Comissão para apreciação da legislação vigente, devendo a mesma, definir os procedimentos a serem adotados para subsidiar o Presidente da Fundacentro, com relação à restituição/ reparação dos bens ou a devolução do valor ao erário, conforme Parágrafo 5º, Artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e Item 10, Instrução Normativa SEDAP/PR205/88.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência/ Centro Estadual de Santa Catarina	
Justificativas para o não atendimento O processo está poder da Polícia Federal de Santa Catarina.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer da Auditoria Interna nº01/2011
Item do Relatório de Auditoria	Parágrafos: 15; 16
Comunicação Expedida	Parecer da Auditoria Interna nº01/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Diretoria de Administração e Finanças
Descrição da Recomendação	Definição de normativo para compras na modalidade “dispensa”, baseando-se na L.8666/93 e L.9784/99; Uso de e-mail particular de terceirizado e não institucional do setor para receber cotação de preços.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Diretoria de Administração de Finanças/ Coordenação de Administração e Serviço de Suprimentos	
Justificativas para o não atendimento: O normativo de compras na modalidade “dispensa” será elaborado no decorrer de 2012. Quanto ao email particular de terceirizado, orientamos a fiscal do contrato para adoção e orientação aos terceirizados, padronizando tal assinatura.	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Parecer da Auditoria Interna nº02/2011
Item do Relatório de Auditoria	Parágrafos: 3; 4; 5; 6; 7
Comunicação Expedida	Parecer da Auditoria Interna nº02/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Presidência
Descrição da Recomendação	Que não seja responsabilidade de terceirizados a guarda e zelo de bens patrimoniais; Que comuniquem todas as chefias do Centro Técnico Nacional e Unidades Descentralizadas para que terceirizados não se comuniquem, a trabalho, com seus endereços eletrônicos pessoais e somente com o Institucional.
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Presidência/ Diretorias e Unidades Descentralizadas	
Justificativas para o não atendimento: Iniciamos um trabalho para levantamento dos bens patrimoniais, bem como adequação da norma a fim de regularizarmos esta pendência.	

PARTE A, ITEM 17, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108

17.1 Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro B.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	São Paulo	Data	09de março de 2012
Contador Responsável	Marcos Alexandre Teixeira do Espírito Santo	CRC nº	1SP234677/07

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**

Excerto da Relação 16/2015 - TCU - 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

MINS-MBC

Fls. ____

ACÓRDÃO Nº 3267/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea a, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 47, § 3º, da Resolução/TCU n. 259/2014, em levantar o sobrestamento do julgamento das contas do Sr. Eduardo Azeredo Costa e em julgá-las regulares e dar-lhe quitação plena, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação ao Sr. Eduardo Azeredo Costa e à Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-044.242/2012-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Adir de Souza (274.113.389-15); Aylza Gudin (677.434.988-91); Benedito Dario Ferraz (002.277.908-63); Carlos Augusto Vaz de Souza (024.245.607-30); Claudia Fantaguci Chuqui (935.150.908-78); Cleonice Caetano Souza (013.344.808-85); Clovis Veloso (001.841.668-37); Dalva Maria de Luca Dias (540.174.169-34); Edson Rodrigues dos Santos (052.511.618-40); Eduardo Azeredo Costa (004.745.335-49); Emílio Alves Ferreira Júnior (716.771.008-34); Hilbert Pfaltzgraff Ferreira (331.916.037-00); Irene Ferreira de Souza Duarte Saad (989.394.168-72); Itamar José Rodrigues Sanches (055.792.338-76); Jofilo Moreira Lima Junior (040.486.873-87); Jorge Mesquita Huet (754.555.107-97); Jose Damasio de Aquino (079.221.218-57); Jose Mario Matricardi (079.072.528-22); José Carlos Canesin (377.719.498-00); Julio Cesar Lopardo Alves (217.148.128-55); Lozevaldo Monteiro Cruz (345.319.475-68); Luiz Carlos Jose de Queiroz (108.706.248-90); Luiz Eduardo Alecântara de Melo (345.481.061-20); Marcelo Alexandre Cândia dos Santos (108.452.228-48); Marcos Alexandre Teixeira do Espirito Santos (181.748.758-24); Maria Jose da Silva Maciel (380.360.704-30); Narciso Figueiroa Junior (082.792.638-37); Nicolino da Silva Junior (010.998.408-05); Nilton Fraiberg Machado (145.631.699-00); Noe Dias Azevedo (050.104.698-47); Paulo Roberto dos Santos Pinto (335.156.318-36); Reinaldo Marinha Costa Lima (031.886.796-61); Rubens Alves (083.484.508-31); Solange dos Santos Silva (110.897.578-08); Tatiana Villa Carneiro (858.989.291-34); Valdeci Inocêncio de Moraes (895.589.528-34); Valdir Rodrigues Soares (104.116.518-89); Zilmara David de Alencar (472.455.903-97).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (Secex/SP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Dados da Sessão:

Ata nº 19/2015 – 2ª Câmara

Data: 16/6/2015 – Ordinária

Relator: Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Presidente: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral CRISTINA MACHADO DA COSTA E SILVA

TCU, em 16 de junho de 2015.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Excerto da Relação 16/2015 - TCU – 2ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

Documento eletrônico gerado automaticamente pelo Sistema SAGAS